

Das grandes descobertas à produção. Entregas efetivas em tempo recorde. Esse é o nosso compromisso.

A acumulação de Waimea é o marco inicial do projeto de desenvolvimento da produção



Portfólio concentrado em águas rasas



100% de sucesso exploratório na Bacia de Campos



Empresa do Grupo EBX, a OGX é responsável pela maior campanha exploratória privada de óleo e gás no Brasil:

- Empresa privada de óleo e gás que mais investe no País, responsável pela geração de 5 mil empregos diretos.
- Portfólio único de exploração de baixo custo, com mais de 6,7 bilhões de barris de recursos potenciais, 90% localizados em águas rasas.
- Grandes descobertas em águas rasas na Bacia de Campos, com altíssima produtividade comprovada (Waimea: 40 mil barris/dia de potencial produtivo).
- Mais de 40 poços perfurados em 18 meses de campanha exploratória, com taxa de sucesso média superior a 90%. Na Bacia de Campos essa taxa é de 100%.

- Início da produção no terceiro trimestre de 2011, apenas 4 anos após a criação da empresa e 2 anos após a descoberta da acumulação de Waimea.
- Equipe de E&P altamente qualificada, responsável pela descoberta de mais de 10 bilhões de barris nos últimos 10 anos.
- Portfólio único de gás natural terrestre, com potencial de 15 trilhões de pés cúbicos integrados a um complexo de energia de 4.000MW.
- 10.000km² de concessões de E&P na fronteira colombiana da Bacia do Maracaibo.

Esse é o resultado de uma trajetória de crescimento sem paralelos, calcada em ativos de classe mundial, capacidade de execução e compromisso com o mercado.



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2010

Relatório da Administração

O ano de 2010 foi de conquistas imensuráveis e grandes realizações para a OGX, tendo sido marcado por grandiosas descobertas e pela comprovação do potencial produtivo de nossas principais acumulações de hidrocarbonetos. Intensificamos nossa campanha exploratória e realizamos importantes testes de formação que confirmaram o modelo geológico da companhia e o potencial das descobertas realizadas. Tais testes forneceram informações fundamentais para um melhor entendimento dos reservatórios encontrados na Bacia de Campos, permitindo uma melhor calibragem do modelo de produção a ser implantado pela OGX nesta bacia.

Nos últimos dezoito meses desde o início da campanha de perfuração, em setembro de 2009 com o poço OGX-1 (prospecto Vesúvio), aumentamos o ritmo das descobertas de hidrocarbonetos, com mais de 30 poços com descobertas realizadas em três diferentes bacias (Campos, Santos e Parnaíba), algumas em áreas até então subexploradas, como foi o caso da Bacia terrestre do Parnaíba, no interior do Maranhão. Isso foi possível devido à maior robustez de sua estrutura operacional e ao maior conhecimento geológico adquirido na região. No primeiro trimestre, a empresa aumentou de quatro para nove a quantidade de sondas à sua disposição e chegou a 5.000 trabalhadores dedicados às suas atividades.

Outros fatos relevantes tornaram o ano de 2010 histórico para a OGX, entre os quais, destacam-se: (1) a expansão das fronteiras de atuação da OGX, com a aquisição de cinco blocos de alto potencial na Colômbia, durante a *Open Round Colombia 2010*, que serão explorados a partir de 2011; (2) a identificação de grande potencial petrolífero da Bacia do Parnaíba com os resultados obtidos nas perfurações dos poços OGX-16 e OGX-22, e com o mapeamento de aproximadamente 20 novos prospectos, permitindo estimar um volume de recursos potenciais de aproximadamente 15 trilhões de pés cúbicos (Tcf) de gás natural na região; e (3) contratação de todos os equipamentos essenciais para o início da produção da OGX na acumulação de Waimea, na Bacia de Campos.

Finalizamos o ano de 2010 com um total de 18 poços perfurados na Bacia de Campos, todos com identificação de hidrocarbonetos, confirmando a taxa de sucesso de 100% nesta bacia. Deste total, 16 poços estão localizados nos Blocos BM-C-41, BM-C-42 e BM-C-43 e permitiram identificar diversas acumulações em diferentes idades geológicas, reiterando a presença de uma vasta província petrolífera nestes blocos. Através dos poços OGX-2A, OGX-3, OGX-5, OGX-6, OGX-7A, OGX-8, OGX-10, OGX-15, OGX-20, OGX-21D, OGX-26HP, OGX-28D e MRK-3/4, confirmamos a existência de uma extensa plataforma carbonática com ótimas condições de permeabilidade e óleo de boa qualidade. Adicionalmente, também registramos importantes descobertas no terciário e na seção aptiana, reforçando o enorme potencial da região.

Ainda na Bacia de Campos, em maio, iniciamos nossas atividades na região dos Blocos BM-C-39 e BM-C-40, situados entre os campos de Peregrino e Polvo, tendo obtido excelentes resultados, com destaque para os poços OGX-14 (Peró), OGX-18 (Ingá) e OGX-25 (Waikiki). Nos poços OGX-14 e OGX-18 foram realizados testes de formação, que comprovaram potencial de produção de 3.000 barris/dia em poço vertical para a acumulação Peró, podendo chegar a 15.000 barris/dia com a utilização de poços horizontais; e de 8.000 a 12.000 barris/dia em poço vertical na acumulação Ingá, chegando a 25.000-35.000 barris/dia em poço horizontal. Os testes também possibilitaram avaliar a qualidade do óleo, estimado entre 26° e 28° API para Peró e 27° para Ingá. O poço OGX-25, denominado Waikiki, se destaca pelo maior *net pay* já divulgado, de aproximadamente 145 metros na seção albecenomaniana, e também pela presença de uma acumulação de gás no Eoceno.

Ao longo do ano, a OGX iniciou também suas atividades em duas outras regiões até então não exploradas pela companhia como operadora: Bacia de Santos, com a perfuração de seis poços, e Bacia do Parnaíba, com a perfuração de dois poços.

Em relação à Bacia de Santos, destaca-se a perfuração do prospecto Natal (OGX-11D), no Bloco BM-S-59, adjacente ao campo de Mexilhão, no qual foram identificados hidrocarbonetos líquidos e gás associado na seção santoniana, com *net pay* em torno de 75 metros. Os hidrocarbonetos líquidos se revelaram de ótima qualidade, apresentando em torno de 41° API e apontando para uma maior atratividade do projeto. Outros dois poços registraram descobertas relevantes: Belém (OGX-17, com *net pay* de 43 metros na seção albianana), localizado no Bloco BM-S-56 e Aracaju (OGX-19, com *net pay* de 40 metros na seção santoniana), localizado no Bloco BM-S-58.

As perfurações dos poços OGX-12 (Niterói), OGX-23 (Ilhéus) e OGX-24 (Itagi) foram concluídas, registrando a ocorrência de hidrocarbonetos não comerciais. No entanto, as informações adquiridas nesses poços foram de grande importância para a calibração do novo modelo geológico para a região. Com a transferência da operação e dos direitos de exploração do Bloco BM-S-29 da Maersk para a OGX, a Companhia passou a deter 100% deste bloco, que encontra-se em fase de avaliação. Até o momento, a taxa de sucesso na Bacia de Santos é de 57%.

Na Bacia do Parnaíba, foram perfurados pela subsidiária OGX Maranhão dois poços no Bloco BT-PN-8, comprovando o grande potencial petrolífero desta nova fronteira exploratória, que não era explorada desde a década de 80. No primeiro poço, OGX-16 (Califórnia), foi feita uma relevante descoberta de gás, tendo sido realizado um teste de formação que constatou pressão de 1.900 psi e chama em torno de 15 metros. Os dados obtidos nesta perfuração, associados aos dados sísmicos recentemente adquiridos nesta região e análises técnicas, possibilitaram identificar aproximadamente 20 prospectos similares ao perfurado pelo OGX-16 e estimar um volume de recursos potenciais de aproximadamente 15 trilhões de pés cúbicos (Tcf) de gás natural. No segundo, o OGX-22 (Fazenda São José), foram identificadas duas acumulações de gás com *net pay* de 49 e 47 metros nas formações Poti e Cabeças, respectivamente. O topo da formação Poti foi testado com resultados excepcionais que apontam para um potencial produtivo de até 3,4 milhões de metros cúbicos por dia em abertura plena (*AOF - Absolute Open Flow*). Tais estimativas apontam para um potencial produtivo da região de aproximadamente 15 milhões de metros cúbicos diários de gás natural. Com todos esses novos dados, a OGX foi motivada a rever sua campanha exploratória para a região, aumentando a previsão do número de poços a serem perfurados de 7 para 15.

Além de poços exploratórios, finalizamos a perfuração do primeiro poço produtor na acumulação de Waimea, OGX-26HP (Bloco BM-C-41), com a importante confirmação de seu índice de produtividade de (IP) de 100m³/dia/kgf/cm², similar a resultados obtidos nos melhores poços do país. Utilizando o estado-da-arte em tecnologia, primeiramente foi perfurado um poço direcional, OGX-21D, através do qual foi possível entrar por mais de 1.000 metros de extensão horizontal nos reservatórios carbonáticos da seção albiana da acumulação de Waimea, originalmente descoberta pelo poço OGX-3.

Realizamos ainda neste poço horizontal um teste de formação que confirmou um potencial produtivo de 40.000 barris/dia e óleo de aproximadamente 20° API. No momento, este poço está sendo equipado para a realização de um Teste de Longa Duração (TLD) que poderá registrar vazão de até 20.000 barris/dia, podendo atingir vazões superiores durante um projeto definitivo. Este resultado superou as expectativas iniciais em relação à acumulação Waimea e ofereceu elementos ainda mais concretos para o início da fase de produção da OGX.

O início da produção da OGX está previsto para o terceiro trimestre de 2011 na acumulação de Waimea através de um TLD. O conceito para este primeiro projeto conta com tecnologia amplamente dominada pela indústria do petróleo e prevê a utilização de árvores de natal molhadas e linhas flexíveis que estarão ligadas diretamente ao FPSO OSX-1. O poço será equipado para a produção com o método de bombeio centrífugo submerso submarino.

Todos os equipamentos-chave desta fase de produção já foram contratados junto à fornecedores mundialmente conhecidos e parte deles já começou a ser entregue. Entre os fornecedores de equipamentos e serviços, podemos citar a Schlumberger (gerenciamento integrado de projeto e equipamentos e serviços de completação do poço), GE Oil & Gas (árvores de natal), Wellstream

(linhas flexíveis e embarcação para lançamento das linhas), Oceanering (umbilical de controle), Baker Hughes (sistema de Bombeio Centrífugo Submerso) e a OSX, que fornecerá o FPSO OSX-1. A unidade de produção do tipo FPSO (*Floating Production Storage & Offloading*) OSX-1 encontra-se em Cingapura em fase de adaptações da planta de processo para as características do óleo de Waimea.

Além do início dessa importante fase, em que é esperada uma produção de até 20.000 barris/dia neste ano, a OGX prepara-se para iniciar a perfuração nas Bacias do Pará-Maranhão e do Espírito Santo (esta em parceria com a operadora Perenco), áreas que poderão contribuir significativamente para o seu sucesso exploratório. Em paralelo, a Companhia irá realizar ainda este ano a aquisição de dados sísmicos em parte dos seus blocos localizados na Colômbia, dando início efetivamente a sua atuação internacional.

Dessa forma, a OGX inicia 2011 com 9 sondas à disposição em nossas bacias, comprometida com o desenvolvimento do seu plano de negócios e com a consolidação de sua trajetória de crescimento contínuo nos próximos anos. Acreditamos que os próximos meses estarão repletos de atividades de grande importância para o desenvolvimento da Companhia e estamos confiantes na capacidade e preparação de nossa equipe para tornar 2011 mais um ano de enormes conquistas.

Cenário e Perspectiva Setorial

Vivenciamos, durante o ano de 2010, uma temporada de relativa estabilidade no preço do petróleo, com a *commodity* sendo comercializada em uma faixa de US\$70,00 a US\$90,00 por barril na maior parte do ano. O período caracterizou uma gradual recuperação da economia global, que registrou crescimento real de 4,6%, após um ano de recessão e insegurança com relação ao rumo da economia mundial após a crise do mercado hipotecário americano.

O primeiro semestre registrou uma tendência de queda no preço do barril, com o *benchmark* europeu atingindo sua menor cotação do ano em maio, US\$69,50 por barril. Essa tendência se deu em meio às incertezas de demanda, devido à crise da dívida soberana dos países europeus e a preocupação com que a alta taxa de desemprego nos Estados Unidos da América (EUA) afetasse a recuperação da economia mundial. Além disso, os fundamentos do mercado contribuíram para este movimento, com o aumento da oferta global de petróleo e altos níveis de estoques dos países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

A partir de setembro, dados positivos da economia americana, impulsionada pelo pacote de estímulo do Banco Central Americano (*"Quantitative Easing"*) e a consequente melhora na atividade econômica, inverteram a percepção do mercado quanto à expectativa de demanda futura da OCDE. Adicionalmente, a melhora dos indicadores de atividade econômica na China, reduziu o receio de que a segunda maior economia mundial estaria desacelerando seu ritmo de crescimento. Esses fatores, em conjunto com o rigoroso inverno no hemisfério norte, levaram o Brent e o WTI a fecharem o ano cotados a US\$94,75 e US\$91,38 por barril, respectivamente.

Segundo a *Energy Information Administration (EIA)*, a demanda média por petróleo em 2010 foi de 86,7 milhões de barris por dia, 2,8% maior do que a observada no ano de 2009. Por outro lado, a produção média de petróleo e líquidos de 84,8 milhões de barris por dia em 2009, aumentou em 2,4%, tendo terminado o ano de 2010 com uma média de 86,3 milhões de barris por dia.

Estes primeiros meses de 2011 foram marcados por uma forte pressão nos preços. Pelo lado da oferta, revoltas populares em países do Oriente Médio e África levantaram a suspeita de que as manifestações poderiam alcançar a Arábia Saudita, maior exportador e detentor das maiores reservas de petróleo do mundo, comprometendo significativamente a produção mundial. Do lado da demanda, contínuos sinais de melhora na economia americana aumentaram a perspectiva de consumo futuro. Essa conjuntura de desequilíbrio levou a cotação do petróleo Brent a atingir o maior valor em mais de dois anos, chegando a patamares próximos de US\$120,00 por barril.

A EIA estima que os fundamentos do mercado de petróleo continuem apertados para os próximos dois anos. Sua previsão é que o consumo mundial aumente em média 1,5 milhão de barris por dia ao ano até 2012, enquanto a produção por parte dos países não OPEP aumentaria 0,3 milhão de barris por dia em 2011 e se manteria constante em 2012. Desta maneira, o excesso de demanda teria que ser suprido pelos atuais estoques dos países da OCDE e por um aumento significativo da produção da OPEP, reduzindo sua capacidade ociosa a níveis críticos.

Esse cenário favorece empresas com exposição a áreas em países subexplorados e com grande potencial exploratório, posicionando-as em situação estratégica para capturar este potencial excesso de demanda e consequente aumento nos preços.

Resultado Econômico-Financeiro

Encerramos o ano de 2010 em total conformidade com os padrões internacionais de demonstrações contábeis (*International Financial Reporting Standards - IFRS*) emitidos pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, adotado desde junho de 2010, contribuindo para melhor comparabilidade entre os nossos números e empresas de todo o mundo.

Além disso, 2010 também foi marcado pela intensificação de nossas atividades, principalmente a campanha de perfuração, que se traduziu em grandiosas descobertas e mais de 30 poços com descoberta de óleo e/ou gás natural, desde o início da campanha exploratória. Mesmo com os efeitos desse forte ritmo se refletindo nos resultados financeiros, a Companhia encerrou o exercício com sólida posição de caixa de aproximadamente R\$4,8 bilhões, equivalente a US\$2,9 bilhões.

Registramos no exercício um prejuízo de R\$123,5 milhões, impactado principalmente pela redução de nossas receitas financeiras em relação ao exercício anterior (R\$694,4 milhões contra R\$872,7 milhões). Além do Resultado Financeiro de R\$258,5 milhões, incorremos em Despesas de Exploração de R\$97,8 milhões e Despesas Gerais e Administrativas de R\$319 milhões, parcialmente compensadas pelo crédito de Imposto de Renda e Contribuição Social de aproximadamente R\$22,9 milhões e pela participação dos Minoritários de R\$12 milhões.

Com a aplicação do caixa em ativos de renda fixa à taxa média bruta acumulada de 104,53% do CDI, o rendimento das aplicações financeiras foi de R\$585,4 milhões. Além disso, registramos R\$423,3 milhões de perdas líquidas realizadas em operações de *hedge* de compromissos futuros em moeda estrangeira (dólar americano). O efeito no resultado do valor justo de instrumentos financeiros ("marcação a mercado") em 2010 foi positivo em R\$74,9 milhões.

Em relação às Despesas de Exploração, os gastos mais significativos referem-se à aquisição de dados sísmicos principalmente das Bacias do Parnaíba, Espírito Santo e Campos, ao aluguel pago à ANP referente aos nossos blocos exploratórios e à comissão de fiança do Programa Exploratório Mínimo. Além destes, ainda destacamos os gastos com consultoria técnica, de meio ambiente e de tecnologia da informação.

As Despesas Gerais e Administrativas foram predominantemente impactadas pelo Plano de Opções concedido pelo Acionista Controlador em R\$126,5 milhões, sendo que este, apesar de contabilizado devido ao regime contábil IFRS, não representa desembolso efetivo pela Companhia. Também houve o aumento de nosso quadro passando de 147 para 213 colaboradores durante o

ano de 2010, o que trouxe maiores custos com pessoal e de escritório, bem como por aqueles necessários à condução e gestão das operações da Companhia e de suas controladas.

Investimentos

Os principais investimentos realizados pela OGX em 2010 foram relacionados à intensa e robusta campanha exploratória, num total de aproximadamente R\$2,4 bilhões. Também foram desembolsados R\$74,7 milhões com a execução da campanha sísmica, considerando as etapas de aquisição, processamento e interpretação dos dados na Bacia de Campos, Santos, Espírito Santo, Pará-Maranhão e do Parnaíba.

Ações Socioambientais

Registramos grandes conquistas no que tange a licenciamento ambiental durante o ano de 2010. Obtivemos com êxito licenças ambientais para a atividade de perfuração no Bloco BT-PN-8, bem como aquelas necessárias à atividade de pesquisa sísmica nos Blocos BT-PN-4, BT-PN-5, BT-PN-6, BT-PN-7, BT-PN-9 e BT-PN-10, todos localizados na Bacia do Parnaíba.

Já em relação ao licenciamento ambiental da atividade de perfuração na Bacia do Pará-Maranhão, Blocos BM-PAMA-13, BM-PAMA-14, BM-PAMA-15, BM-PAMA-16 e BM-PAMA-17, este se encontra em fase final, já com a aprovação do Relatório de Impacto do Meio Ambiente (RIMA) e audiências públicas realizadas.

Também elaboramos o Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e respectivo RIMA necessários ao licenciamento ambiental do Teste de Longa Duração (TLD) do projeto de Waimea, localizado no Bloco BM-C-41, na Bacia de Campos. Esse Estudo foi protocolado no Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis (IBAMA) e, até a presente data, aguardamos a manifestação da Coordenação Geral de Petróleo e Gás do IBAMA para realização da respectiva Audiência Pública.

Ainda em 2010 foi iniciada a implementação de projetos sociais que contam com a *expertise* de profissionais que trabalham junto às comunidades. Em especial, destacamos Projeto de Educação Ambiental (PEA) da Bacia de Campos, que procura formas de viabilizar iniciativas que contribuam para a melhoria da qualidade de vida das comunidades pesqueiras de oito municípios da Bacia de Campos, através da conscientização socioambiental das comunidades envolvidas. São elas: Arraial do Cabo, Búzios, Cabo Frio, Campos dos Goytacazes, Macaé, São João da Barra e São Francisco de Itabapoana, no Rio de Janeiro, e Itapemirim, no Espírito Santo.

A classe pesqueira de cada município elegeu projetos e uma comissão voluntária designada a desenvolver o PEA em sua região, através de assembleias orientadas por técnicos ambientais. As informações sobre o andamento dos projetos estão reunidas em um jornal mensal e em um blog (www.pesca-artesanal-campos.blogspot.com) com o intuito de dar transparência ao processo. Os dois veículos também colaboram com a comunicação entre nossa companhia e nosso público-alvo e contribui para o nosso Projeto de Comunicação Social (PCS).

Seguimos o ano de 2010 aplicando os recursos previstos nos Acordos de Cooperação celebrado entre o Grupo EBX e o Instituto Chico Mendes da Conservação da Biodiversidade (ICMBio), autarquia vinculada ao Ministério do Meio Ambiente, com investimentos para apoio e fortalecimento do Parque Nacional Marinho de Fernando de Noronha e dos Parques Nacionais do Pantanal Matogrossense e dos Lençóis Maranhenses.

Gestão de Pessoas

A OGX encerrou o ano de 2010 com 213 colaboradores próprios e 4.126 terceirizados, responsáveis pela condução de todas as atividades administrativas, de exploração e produção de petróleo, representando um aumento de 70% em relação ao ano anterior. O trabalho e empenho destes 4.349 colaboradores fizeram da OGX a empresa brasileira de óleo e gás natural responsável pela maior campanha exploratória privada no Brasil. Todo esforço dedicado por esta equipe se traduziu em mais um ano de importantes conquistas que entraram para a história da Companhia.

Nossa equipe é formada por profissionais com vasta experiência no setor de óleo e gás, além de jovens de grande potencial formados nas melhores universidades do país. Através de nossa estratégia de contratação de renomados fornecedores mundiais para a condução de atividades operacionais, mantivemos uma estrutura enxuta de alta performance focada na excelência gerencial.

Seguimos valorizando o desenvolvimento dos nossos talentos, tendo treinado 53% dos nossos colaboradores diretos, o que representa um aumento de 164% no número de horas de treinamento de 2009 para 2010. Acreditamos que a constante busca pelo conhecimento representa um importante fator motivacional e nos prepara para enfrentar os novos desafios de 2011.

Aderência à Câmara de Arbitragem

A Companhia, seus acionistas, administradores e membros do Conselho de Administração se obrigam a resolver, por meio de arbitragem, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada, ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos das disposições contidas no Contrato de Participação no Novo Mercado, no Regulamento de Listagem do Novo Mercado, no Estatuto Social, nos acordos de acionistas arquivados na sede da Companhia, na Lei das Sociedades por Ações, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil ou pela CVM, nos regulamentos da Bovespa, nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, nas Cláusulas Compromissórias e no Regulamento de Arbitragem da Câmara de Arbitragem do Mercado, conduzida em conformidade com este último Regulamento.

Declaração da Diretoria

Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução CVM nº 480/2009, a Diretoria declara que discutiu, reviu e concordou com a posição expressa no relatório de revisão da KPMG Auditores Independentes, emitido nesta data, e com as demonstrações contábeis relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010.

Auditores Independentes

Em atendimento à determinação da Instrução CVM nº 381/2003, informamos que, no exercício findo em 31 de dezembro de 2010, não contratamos nossos Auditores Independentes para trabalhos diversos daqueles correlatos da auditoria externa e revisões trimestrais.

Em nosso relacionamento com Auditor Independente, buscamos avaliar o conflito de interesses com trabalhos de não-auditoria com base no seguinte: o auditor não deve (a) auditar seu próprio trabalho, (b) exercer funções gerenciais e (c) promover nossos interesses.

As Demonstrações Financeiras da Companhia aqui apresentadas estão de acordo com os critérios da legislação societária brasileira, a partir de informações financeiras auditadas. As informações não financeiras, assim como outras informações operacionais, não foram objeto de revisão por parte dos auditores independentes.

A Administração, 25 de março de 2011

Balancos Patrimoniais em 31 de dezembro de 2010, 31 de dezembro e 1º de janeiro de 2009 (Em milhares de reais)

ATIVO	Nota	Controladora			Consolidado			PASSIVO	Nota	Controladora			Consolidado		
		31/12/2010	31/12/2009	1/01/2009	31/12/2010	31/12/2009	1/01/2009			31/12/2010	31/12/2009	1/01/2009			
Circulante							Circulante								
Caixa e equivalentes de caixa	6	3.094	106.699	2.964.114	4.080.107	6.633.787	7.011.609	Fornecedores	14	502	53	4.171	446.907	151.262	18.244
Titulos e valores mobiliários	7	708.059	704.113	589.625	704.059	704.113	589.625	Impostos e contribuições a recolher	12	14.826	37.765	637	23.643	40.116	1.938
Impostos a recuperar	12	45.605	76.484	36.275	279.334	209.076	38.862	Salários e encargos trabalhistas		-	-	-	29.208	23.960	7.744
Instrumentos financeiros derivativos	22	-	-	61.053	-	-	54.800	Instrumentos financeiros derivativos	22	-	-	-	225.794	300.757	-
Outros créditos		6.099	795	278	16.008	17.291	3.366	Outras contas a pagar		261	1.722	3	11.426	65.311	3
		762.857	888.091	3.651.345	5.083.508	7.564.267	7.698.262			15.589	39.540	4.811	736.978	581.406	27.929
Não Circulante							Não Circulante								
Realizável a longo prazo							Partes relacionadas	13	-	-	-	11.758	2.402	2.100	
Estoques	8	-	-	-	223.793	85.354	-	Patrimônio Líquido	15						
Impostos diferidos	12	-	-	-	45.640	-	-	Capital social		8.806.451	8.799.004	8.798.901	8.806.451	8.799.004	8.798.901
Partes relacionadas	13	-	-	-	18.551	-	-	Reservas de capital		224.256	250.569	232.892	224.256	250.569	232.892
Investimentos	9	8.467.877	8.337.738	5.519.195	-	1.000	-	Reservas de lucros		420.518	248.171	133.936	420.518	248.171	133.936
Imobilizado	10	-	-	-	27.624	19.917	12.066	Ajustes acumulados de conversão		(1.148)	-	-	(1.148)	-	-
Intangível	11	-	-	-	4.589.418	2.099.559	1.485.430	Prejuízos acumulados		(234.932)	(111.455)	-	(234.932)	(111.455)	-
		8.467.877	8.337.738	5.519.195	4.905.026	2.205.830	1.497.496	Atribuído a participação dos acionistas controladores		9.215.145	9.186.289	9.165.729	9.215.145	9.186.289	9.165.729
		9.230.734	9.225.829	9.170.540	9.988.534	9.770.097	9.195.758	Participações de acionistas não controladores		-	-	-	24.653	-	-
										9.215.145	9.186.289	9.165.729	9.239.798	9.186.289	9.165.729
										9.230.734	9.225.829	9.170.540	9.988.534	9.770.097	9.195.758

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Demonstrações de Resultados Exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009 (Em milhares de reais, exceto pelo prejuízo por ação)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2010	31/12/2009	31/12/2010	31/12/2009
Recargas (despesas) operacionais					
Despesas com exploração	11	-	-	(97.841)	(97.914)
Administrativas e gerais	17	(181.339)	(139.074)	(319.072)	(229.480)
		(181.339)	(139.074)	(416.913)	(327.394)
Resultado de equivalência patrimonial	9	2.971	13.106	-	-
		2.971	13.106	-	-
Resultado antes do resultado financeiro e dos tributos		(178.368)	(125.968)	(416.913)	(327.394)
Resultado financeiro					
Receitas financeiras	18	77.833	129.872	694.411	872.741
Despesas financeiras	18	(184)	(66.925)	(435.905)	(608.368)
		77.649	62.947	258.506	264.373
		(100.719)	(63.021)	(158.407)	(63.021)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		(22.758)	(37.605)	22.882	(37.605)
Imposto de renda e contribuição social	12	(22.758)	(37.605)	22.882	(37.605)
Prejuízo do exercício		(123.477)	(100.626)	(135.525)	(100.626)
Atribuído aos acionistas não controladores:		-	-	(12.048)	-
Atribuído aos acionistas controladores:		(123.477)	(100.626)	(123.477)	(100.626)
Prejuízo básico e diluído por ação (em R\$)	26	(0,03819)	(0,03113)	(0,03819)	(0,03113)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações de Resultados Abrangentes Exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009 (Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2010	31/12/2009	31/12/2010	31/12/2009
Prejuízo do exercício		(123.477)	(100.626)	(135.525)	(100.626)
Ajustes acumulados de conversão		(1.148)	-	(1.148)	-
Total do resultado abrangente		(124.625)	(100.626)	(136.673)	(100.626)
Total do resultado abrangente atribuído a:					
Participação dos acionistas não controladores		-	-	(12.048)	-
Participação dos acionistas controladores		(124.625)	(100.626)	(124.625)	(100.626)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009 (Em milhares de reais)

	Controladora						Participação de acionistas não controladores	Total
	Capital Social	Reserva de Capital	Reservas de lucros Legal	Reservas de lucros Estatutária	Ajustes acumulados de conversão	Prejuízos acumulados		
Saldo em 31 de dezembro de 2008	8.798.901	-	-	366.828	-	-	9.165.729	9.165.729
Ajuste de adoção inicial do IFRS/CPC	-	232.892	-	(232.892)	-	-	-	-
Saldo em 1º de janeiro de 2009	8.798.901	232.892	-	133.936	-	-	9.165.729	9.165.729
Aumento de capital em 16 de julho de 2009	103	-	-	-	-	-	103	103
Opções de ações outorgadas reconhecidas no exercício	-	121.083	-	-	-	-	121.083	121.083
Exercício de opções de ações no exercício	-	(103.406)	-	103.406	-	-	-	-
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	(100.626)	(100.626)	(100.626)
Destinação do Lucro Líquido do exercício	-	-	541	-	-	(541)	-	-
Reserva Legal	-	-	-	-	-	(10.288)	-	-
Reserva Estatutária	-	-	-	-	-	(10.288)	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2009	8.799.004	250.569	541	247.630	-	(111.455)	9.186.289	9.186.289
Aumento de Capital em 1º de março de 2010	1.672	-	-	-	-	-	1.672	1.672
Aumento de Capital em 2 de maio de 2010	804	-	-	-	-	-	804	804
Aumento de Capital em 24 de agosto de 2010	245	-	-	-	-	-	245	245
Aumento de Capital em 18 de outubro de 2010	732	-	-	-	-	-	732	732
Aumento de Capital em 2 de dezembro de 2010	3.994	-	-	-	-	-	3.994	3.994
Opções de ações outorgadas reconhecidas no exercício	-	146.034	-	-	-	-	146.034	146.034
Exercício de opções de ações no exercício	-	(172.347)	-	172.347	-	-	-	-
Ajustes acumulados de conversão	-	-	-	-	(1.148)	-	(1,148)	(1,148)
Participação de acionistas não controladores	-	-	-	-	-	-	36.701	36.701
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	(123.477)	(12,048)	(135,525)
Saldo em 31 de dezembro de 2010	8.806.451	224.256	541	419.977	(1,148)	(234,932)	9.215.145	9.239.798

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009 (Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2010	31/12/2009	31/12/2010	31/12/2009
Fluxos de caixa das atividades operacionais					
Prejuízo do exercício		(123.477)	(100.626)	(135.525)	(100.626)
Ajustes para reconciliar o prejuízo ao fluxo de caixa das atividades operacionais:					
Depreciação e amortização	10	-	-	5.473	3.604
Resultado de equivalência patrimonial	9	(2.971)	(13.106)	-	-
Opções de ações outorgadas	16	146.034	121.084	146.034	121.084
Perdas e ganhos com instrumentos derivativos		-	61.053	(74.963)	355.557
Variação nos ativos e passivos					
Aumento de outros créditos e partes relacionadas		(5.305)	(518)	(9.039)	(13.625)
Redução (aumento) de impostos a recuperar		30.879	(40.209)	(70.257)	(170.214)
Aumento de impostos a recuperar diferido		-	-	(45.640)	-
Aumento de estoques		-	-	(143.189)	(76.483)
Aumento (redução) de fornecedores		449	(4.118)	288	(15.619)
Aumento de salários e encargos trabalhistas		-	-	5.248	16.216
Aumento (redução) de impostos e contribuições a recolher - corrente		(22.939)	37.128	(16.472)	38.178
Aumento (redução) de outras contas a pagar		(1.461)	1.719	(53.881)	65.306
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais (usado nas atividades operacionais)		21.209	62.407	(391.923)	223.378
Fluxos de caixa das atividades de investimentos					
Aumento de títulos e valores mobiliários		(3.946)	(114.488)	(3.946)	(114.488)
Baixa de outros investimentos		1.000	-	1.000	(1.000)
Contribuição de capital em participações acionárias		(129.315)	(2.805.437)	-	-
Participação de acionistas não controladores		-	-	36.701	-
Aquisição de ativo imobilizado		-	-	(13.180)	(11.453)
Aquisições de bens intangíveis		-	-	(2.189.752)	(474.362)
Caixa líquido gerado pelas atividades de investimentos		(132.261)	(2.919.925)	(2,169,177)	(601,303)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos					
Aumento de capital, líquido dos gastos com emissão de ações		7.447	103	7.447	103
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos		7.447	103	7.447	103
Efeito de variação cambial sobre o caixa e equivalentes de caixa		-	-	(27)	-
Redução no caixa e equivalentes de caixa		(103.605)	(2,857,415)	(2,553,680)	(377,822)
Demonstração da redução no caixa e equivalentes de caixa					
No início do exercício		106.699	2.964.114	6.633.787	7.011.609
No fim do exercício		3.094	106.699	4.080.107	6.633.787
Redução no caixa e equivalentes de caixa		(103.605)	(2,857,415)	(2,553,680)	(377,822)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do Valor Adicionado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009 (Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2010	31/12/2009
Insumos adquiridos de terceiros				
Gastos com exploração	-	-	(97.841)	(97.914)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(33.400)	(52.906)	(78.363)	(156.632)
Valor adicionado bruto	(33.400)	(52.906)	(176.204)	(254.546)
Depreciação e amortização	-	-	(5.473)	(3.604)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	(33.400)	(52.906)	(181.677)	(258.150)
Valor adicionado em transferência				
Resultado de equivalência patrimonial	2.971	13.106	-	-
Receitas financeiras líquidas	77.649	62.947	258.506	264.373
	80.620	76.053	258.506	264.373
Valor adicionado total a distribuir	47.220	23.147	76.829	6.223
Distribuição do valor adicionado				
Empregados				
Pessoal e encargos	147.939	86.168	235.236	69.244
Tributos				
Impostos, taxas e contribuições	22.758	37.605	(22.882)	37.605
Remuneração de capitais próprios:				
Prejuízo do exercício atribuído aos acionistas não controladores	-	-	(12.048)	-
Prejuízo do exercício atribuído aos acionistas controladores	(123.477)	(100.626)	(123,477)	(100,626)
Valor adicionado total distribuído	47.220	23.147	76.829	6.223

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Em 31 de dezembro de 2010, 31 de dezembro e 1º de janeiro de 2009 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A OGX Petróleo e Gás Participações S.A. ("OGX S.A." ou "Companhia") tem como objeto social a participação no capital de outras sociedades, que atuam no segmento de óleo e gás, nacionais ou estrangeiras, constituídas sob qualquer tipo societário.

A Companhia, com sede na cidade do Rio de Janeiro, é controladora da OGX Petróleo e Gás Ltda. ("OGX Ltda."), companhia que em 27 de novembro de 2007 adquiriu, na Nona Rodada de Licitação de Blocos Exploratórios promovida pela ANP, 21 concessões exploratórias, distribuídas nas Bacias de Campos, Pará-Maranhão, Santos e Espírito Santo, pelo montante de R\$ 1.479.723 relativo ao bônus de assinatura e ainda obteve junto a instituições financeiras garantias no montante de R\$ 552.174 relativas ao Programa Exploratório Mínimo ("PEM").

Em 3 de dezembro de 2008, a ANP homologou a aquisição de 50% de participação no Bloco BM-S-29 da Maersk, situado na Bacia de Santos. Posteriormente, em 8 de maio de 2009 e 9 de novembro de 2010, foram aprovadas pela ANP participações adicionais de 15% e 35%, respectivamente. Dessa forma a OGX passou a deter 100% deste bloco.

Em 24 de setembro de 2009, foi homologada pela ANP, a aquisição de 70% de participação em sete blocos exploratórios terrestres na Bacia do Parnaíba, interior do Maranhão, por meio de sua subsidiária OGX Ltda., que se tornou operadora das concessões. Foi pago o montante de R\$ 12.000 equivalente ao bônus de assinatura e a Companhia ainda obteve junto a instituições financeiras garantias, no montante de R\$ 78.600, relativamente aos compromissos assumidos do PEM. Esta participação foi adquirida junto a Petra Energia Ltda., que permanece com 30% remanescente nos blocos.

Em 14 de janeiro de 2010 foram constituídas as companhias controladas OGX Áustria GmbH ("OGX Áustria") e OGX Internacional GmbH ("OGX Internacional"), nas quais a Companhia participa em 100%, sendo integralizado em ambas as companhias o capital, no montante equivalente a R\$ 88.

Em 29 de janeiro de 2010 a Companhia integralizou o capital na controlada OGX Maranhão Petróleo e Gás Ltda. ("OGX Maranhão"), no montante de R\$ 8.400, referente a sua participação de 66,67% nessa sociedade juntamente com a empresa MPX Energia S.A.

Em 16 de março de 2010 foi constituída a controlada OGX Netherlands BV ("OGX Netherlands"), na qual a Companhia possui 100% de participação e integralizou o capital, no montante de R\$ 2.688.

Em 27 de abril de 2010, a ANP aprovou a transferência da participação de 70% dos direitos e obrigações referentes a sete blocos exploratórios terrestres na Bacia do Parnaíba, detida pela OGX Ltda. para a subsidiária OGX Maranhão, que é controlada pela OGX S.A., que detém 66,67% do capital social. O restante é detido pela MPX S.A. com 33,33% do capital social.

Em 13 de maio de 2010 foi constituída a controlada OGX Campos Petróleo e Gás S.A. ("OGX Campos"), na qual a Companhia possui 100% de participação e integralizou o capital, no montante de R\$ 20.000.

Em 22 de junho de 2010, a controlada OGX Ltda. foi vencedora nas suas propostas para 5 blocos exploratórios na "Open Round Colombia 2010", em 3 Bacias terrestres: Valle Medio Del Magdalena, Valle Inferior Del Magdalena e Cesar-Rancheria.

Os cinco blocos adquiridos totalizam uma área de aproximadamente 12,5 mil km, em bacias sedimentares terrestres de diferentes estágios de maturidade, que apresentam relevante potencial exploratório. A OGX Ltda. estima efetuar investimentos totais de aproximadamente US\$ 125

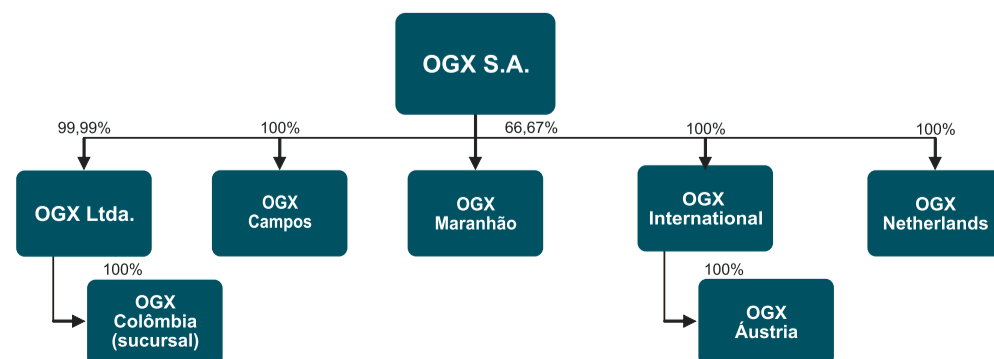
milhões ao longo de três anos de programa exploratório inicial, que compreende a aquisição de dados sísmicos e a perfuração de poços.

Em 26 de outubro de 2010, foi constituída uma sucursal da OGX Ltda. na Colômbia. Esta sucursal foi criada para gerir as operações dos 5 blocos exploratórios adquiridos neste país em 22 de junho de 2010.

Em 31 de outubro de 2010, a OGX Ltda. iniciou o pagamento do adiantamento para a OSX 1 Leasing BV, referente ao contrato de afretamento. Este contrato tem vigência de 20 anos a contar da data da finalização das obras do OSX-1, com vistas a adequá-lo às características da área de concessão da OGX em que tal unidade será utilizada.

O Contrato de Afretamento é celebrado na modalidade *bareboat*, pelo que a OSX 1 BV se obriga apenas a disponibilizar o OSX-1 à OGX, a quem incumbe responsabilidade integral pela retirada do OSX-1, sua operação e conservação durante o período do afretamento e devolução à OSX 1 BV ao final do termo contratual. Conforme previsto no Contrato de Afretamento e consoante as disposições do Acordo OGX, a operação e manutenção do OSX-1 serão contratadas pela OGX junto à OSX Serviços.

A Companhia apresenta, em 31 de dezembro de 2010, a seguinte estrutura societária:





2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Base de preparação

a. Declaração de conformidade com relação às normas de IFRS e às normas do CPC

As presentes demonstrações financeiras incluem:

Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

No balanço de adoção ao IFRS, em 1º de janeiro de 2009, a Companhia avaliou as exceções obrigatórias e isenções opcionais apresentadas no IFRS 1 e CPC 37, e apresentou tais efeitos na Nota Explicativa nº 3.

Demonstrações financeiras individuais

As demonstrações financeiras individuais estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, e incorporam as mudanças introduzidas por intermédio das Leis nº 11.638/2007 e 11.941/2009, complementadas pelos novos pronunciamentos, interpretações e orientações do CPC, emitidos em 2009 e 2010, aprovados por resoluções do CFC, e de acordo com normas da CVM.

Os pronunciamentos, interpretações e orientações do CPC, aprovados por resoluções do CFC e de normas da CVM estão convergentes às normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB.

Algumas adequações foram procedidas nas demonstrações financeiras individuais visando o alinhamento e equiparação às demonstrações financeiras consolidadas em IFRS, conforme requerido na Deliberação CVM nº 610/2009 (CPC 43 - Adoção Inicial dos Pronunciamentos Técnicos) e conforme demonstrado na Nota Explicativa nº 3.

Essas práticas diferem das IFRS aplicáveis para demonstrações financeiras separadas em função da avaliação dos investimentos em controladas e coligadas pelo método de equivalência patrimonial no BR GAAP, enquanto para fins de IFRS seria pelo custo ou valor justo.

Contudo, não há diferença entre o patrimônio líquido e o resultado consolidado atribuível aos controladores, apresentado pela Companhia e o patrimônio líquido e o resultado da controladora em suas demonstrações financeiras individuais. Assim sendo, as demonstrações financeiras consolidadas e as demonstrações financeiras individuais da controladora estão sendo apresentadas lado-a-lado em um único conjunto de demonstrações financeiras.

Essas são as primeiras demonstrações financeiras consolidadas preparadas conforme as IFRS nas quais o CPC 37 foi aplicado.

Demonstrações financeiras de 2009

Até 31 de dezembro de 2009, a Companhia apresentava suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que incorporavam as mudanças introduzidas por intermédio das Leis nº 11.638/2007 e 11.941/2009 (MP nº 449/2008), complementadas pelos pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados por resoluções do Conselho Federal de Contabilidade - CFC e de normas da Comissão de Valores Mobiliários - CVM até 31 de dezembro de 2008.

Conforme estabelecido na Deliberação CVM no 609/2009 (CPC 37 - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade), os padrões internacionais foram implementados retroativamente a 1º de janeiro de 2009. Dessa forma, as demonstrações financeiras, originalmente divulgadas, foram ajustadas e estão apresentadas de acordo com as normas contábeis internacionais.

A comparação das demonstrações financeiras na data da adoção dos IFRS/CPCs com os valores divulgados originalmente, estão evidenciados na Nota Explicativa nº 3.3.

O Conselho de Administração da Companhia autorizou a emissão das demonstrações financeiras em 25 de março de 2011.

b. Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros derivativos e outros instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo.

c. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

d. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as normas IFRS e as normas CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre premissas e estimativas que poderão resultar em ajustes dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes Notas Explicativas:

- Nota nº 12 - Imposto de renda e contribuição social diferidos
- Nota nº 16 - Opções de compras de ações
- Nota nº 22 - Instrumentos financeiros

3. ADOÇÃO DOS PADRÕES INTERNACIONAIS DE CONTABILIDADE

3.1 Transição das práticas contábeis

Para adequar as demonstrações financeiras aos requerimentos do IFRS e aos pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo CPC, vigentes em 31 de dezembro de 2010, a Companhia efetuou as alterações obrigatórias relevantes e isenções opcionais em relação à aplicação completa retrospectiva, conforme segue:

Isenções opcionais

a. Isenção de custo atribuído

A Companhia não adotou o custo atribuído para valorização dos itens do seu imobilizado, pois entende não ter efeito material em função dos seus ativos serem de formação recente na data de transição.

Alterações obrigatórias

a. Participação dos acionistas não controladores

A participação dos acionistas não controladores passa a integrar o patrimônio líquido, destacados em linha específica, conforme CPC 26 e IAS 1.

b. Pagamento baseado em ações

A Companhia adotou o ICPC 5 - Interpretação do pronunciamento técnico CPC 10 (Pagamento baseado em ações), emitido no exercício de 2008. Entretanto, considerando a data do balanço de abertura, 1º de janeiro de 2009 foi reconhecido diretamente em reserva de lucros, no montante de R\$ 232.892.

c. Instrumentos financeiros

Todas as normas e interpretações que entraram em vigor foram adotadas pela Companhia em 2010. As principais aplicáveis foram as seguintes:

- Alteração ao IFRS 7 Instrumentos Financeiros: o objetivo desta alteração é basicamente melhorar os requerimentos de divulgação. Isto aumenta os requerimentos para a divulgação de Valor Justo, risco de liquidez, risco de mercado, risco de crédito e qualquer outro risco significativo.
- Alteração ao IFRS 7 referente a Hierarquia de Valor Justo: a alteração estabelece a divisão de hierarquia para Valor Justo referente a instrumentos financeiros. A hierarquia fornece prioridade para preços cotados não ajustados em mercado ativo referente a ativo ou passivo financeiro classificando como Nível 1. Existem três tipos de níveis para classificação do Valor Justo referente ao instrumento financeiro conforme exposto abaixo:
 - Nível 1 - Dados provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) de forma que seja possível acessar diariamente inclusive na data da mensuração do valor justo.
 - Nível 2 - Dados diferentes dos provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) incluídos no Nível 1, extraído de modelo de precificação baseado em dados observáveis de mercado.
 - Nível 3 - Dados extraídos de modelo de precificação baseado em dados não observáveis de mercado.

Além dos pontos acima descritos, a Companhia adequou suas demonstrações financeiras, para fins de divulgação, e passou a apresentar as seguintes informações:

- Demonstração consolidada dos resultados abrangentes, conforme requerido pelo CPC 26 e IAS 1.
- Lucro (prejuízo) por ação, conforme requerido pelo CPC 41 e IAS 33 (*Earnings per share*), apresentado na Nota Explicativa nº 26.
- Informações por segmento, conforme requerido pelo CPC 22 e IFRS 8 (*Operating Segments*), apresentadas na Nota Explicativa nº 24.

3.2 Mudança de prática contábil

Programa Exploratório Mínimo

A Companhia mudou a prática de contabilização dos compromissos assumidos com o Programa Exploratório Mínimo da ANP, no montante de R\$618.532 em 30 de junho de 2010, objetivando adequar às melhores práticas de mercado para a indústria de petróleo e gás natural, que reconhecem os gastos exploratórios à medida em que são incorridos. Tal procedimento se baseia na norma internacional de relatórios financeiros - IFRS 6 "*Exploration for and Evaluation of Mineral Resources*" que, apesar de não possuir norma equivalente no Brasil, está sendo utilizada para produzir demonstrações financeiras mais confiáveis e relevantes, em consonância com o CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativas e Retificação de Erro. O ajuste foi reconhecido de forma retrospectiva no balanço na data de transição.

3.3 Comparação das demonstrações financeiras ajustadas às novas práticas contábeis e as divulgadas

Os efeitos demonstrados abaixo de adoção inicial do consolidado são os mesmos da controladora.

3.3.1 Balanços patrimoniais consolidados

	1/01/2009 (*)		31/12/2009	
	Conforme divulgado	IFRS	Conforme divulgado	IFRS
Ativo				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	7.601.234	7.011.609	7.337.900	6.633.787
Títulos e valores mobiliários	-	589.625	-	704.113
Impostos a recuperar	38.862	38.862	209.076	209.076
Instrumentos financeiros derivativos	54.800	54.800	-	-
Outros créditos	3.366	3.366	17.291	17.291
	<u>7.698.262</u>	<u>7.698.262</u>	<u>7.564.267</u>	<u>7.564.267</u>
Não Circulante				
Estoques	-	-	85.354	85.354
Investimentos	-	-	1.000	1.000
Imobilizado	12.066	12.066	19.917	19.917
Intangível	2.037.604	1.485.430	2.718.091	2.099.559
	<u>2.049.670</u>	<u>1.497.496</u>	<u>2.824.362</u>	<u>2.205.830</u>
	<u>9.747.932</u>	<u>9.195.758</u>	<u>10.388.629</u>	<u>9.770.097</u>
Passivo				
Circulante				
Fornecedores	18.244	18.244	151.262	151.262
Impostos e contribuições a recolher	1.938	1.938	40.116	40.116
Salários e encargos trabalhistas	7.744	7.744	23.960	23.960
Contas a pagar por aquisição de blocos exploratórios	552.174	-	618.532	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	300.757	300.757
Outras contas a pagar	3	3	65.311	65.311
	<u>580.103</u>	<u>27.929</u>	<u>1.199.938</u>	<u>581.406</u>
Não Circulante				
Partes relacionadas	2.100	2.100	2.402	2.402
Patrimônio Líquido				
Capital social	8.798.901	8.798.901	8.799.004	8.799.004
Reservas de capital	-	232.892	9.629	250.569
Reservas de lucros	366.828	133.936	377.656	248.171
Prejuízos acumulados	-	-	-	(111.455)
	<u>9.165.729</u>	<u>9.165.729</u>	<u>9.186.289</u>	<u>9.186.289</u>
	<u>9.747.932</u>	<u>9.195.758</u>	<u>10.388.629</u>	<u>9.770.097</u>

(*) Data da adoção inicial

3.3.2 Demonstrações dos resultados consolidados

	31/12/2009	
	Conforme divulgado	IFRS
Receitas (despesas) operacionais		
Despesas com exploração	(97.914)	(97.914)
Administrativas e gerais	(118.025)	(229.480)
Receitas financeiras	872.741	872.741
Despesas financeiras	(608.368)	(608.368)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	<u>48.434</u>	<u>(63.021)</u>
Imposto de renda e contribuição social	<u>(37.605)</u>	<u>(37.605)</u>
Lucro líquido (prejuízo) do exercício antes da participação dos acionistas não controladores	<u>10.829</u>	<u>(100.626)</u>

3.3.3 Reconciliação do prejuízo do exercício consolidado

	31/12/2009	
	Conforme divulgado	IFRS
Lucro líquido do exercício conforme divulgado		
Valor justo das opções de compra de ações da Companhia outorgadas pelo acionista controlador final (ICPC 5 e IFRIC 11)		(111.455)
Prejuízo do exercício ajustado aos IFRS e CPC		<u>(100.626)</u>

3.3.4 Fluxos de caixa consolidados

	31/12/2009	
	Conforme divulgado	IFRS
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	10.829	(100.626)

Ajustes para reconciliar o lucro (prejuízo) ao fluxo de caixa das atividades operacionais:

Depreciação e amortização	3.604	3.604
Ajuste de remuneração baseada em ações	9.629	121.084
Valor justo em operações com instrumentos financeiros	355.557	355.557

Variações nos ativos e passivos:

Redução de outros créditos e partes relacionadas	(13.625)	(13.625)
Aumento de impostos a recuperar	(170.214)	(170.214)
Aumento de estoques	(76.483)	(76.483)
Redução de fornecedores	(15.619)	(15.619)
Aumento de salários e encargos trabalhistas	16.216	16.216
Aumento de impostos e contribuições a recolher	38.178	38.178
Aumento de contas a pagar por aquisição de blocos exploratórios	66.359	-
Aumento de outras contas a pagar	65.306	65.306
Caixa e equivalentes de caixa gerados pelas atividades operacionais	<u>289.737</u>	<u>223.378</u>

Atividades de investimento:

Baixa de investimentos	(1.000)	(1.000)
Aquisição de ativo imobilizado	(11.453)	(11.453)
Títulos e valores mobiliários	-	(114.488)
Aquisições de bens intangíveis	(540.720)	(474.362)
Caixa e equivalentes de caixa aplicados nas atividades de investimentos	<u>(553.173)</u>	<u>(601.303)</u>

Atividades de financiamento:

Integralização de capital	103	103
Caixa e equivalentes de caixa gerados pelas atividades financiamentos	<u>103</u>	<u>103</u>
Redução em caixa e equivalentes de caixa	<u>(263.333)</u>	<u>(377.822)</u>

Demonstração da redução no caixa e equivalentes de caixa

No início do exercício	7.601.234	7.011.609
No fim do exercício	<u>7.337.901</u>	<u>6.633.787</u>
Redução em caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	<u>(263.333)</u>	<u>(377.822)</u>

4. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis adotadas pela Companhia estão apresentadas a seguir:

a. Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício.

b. Instrumentos financeiros

Todos os instrumentos financeiros foram reconhecidos no balanço da Companhia e suas controladas, tanto no ativo quanto no passivo, e são mensurados inicialmente pelo valor justo quando aplicável e após o reconhecimento inicial de acordo com sua classificação.

Instrumentos financeiros não-derivativos incluem bancos, aplicações financeiras, outros créditos, fornecedores, assim como contas a pagar e outras dívidas.

Nas operações com derivativos variações do valor justo são registrados no resultado financeiro, na conta Instrumentos Derivativos.

Instrumentos financeiros não-derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo decrescidos, para instrumentos que não sejam reconhecidos pelo valor justo através de resultado, de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis.

Posteriormente ao reconhecimento inicial, os instrumentos financeiros não-derivativos são mensurados conforme descrito abaixo:

Instrumentos financeiros ao valor justo através do resultado

Um instrumento é classificado pelo valor justo através do resultado se for mantido para negociação, ou seja, designado como tal quando do reconhecimento inicial. Os instrumentos financeiros são designados pelo valor justo através do resultado se a Companhia gerencia esses investimentos e toma decisões de compra e venda com base em seu valor justo de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco documentado pela Companhia. Após reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos nos resultados quando incorridos. Instrumentos financeiros ao valor justo através do resultado são medidos pelo valor justo, e suas flutuações são reconhecidas no resultado. As aplicações financeiras da Companhia e de suas controladas foram classificadas nessa categoria.

Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia e sua controlada OGX Ltda. operam com instrumentos financeiros derivativos para proteger riscos relativos a moedas estrangeiras.

Os derivativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo; custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Posteriormente ao reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as alterações são contabilizadas no resultado.

Passivos financeiros não derivativos

Os passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia e suas controladas se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. O Grupo baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retirada, cancelada ou vencida.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando a Companhia e suas controladas tenham o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

A Companhia e suas controladas tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores, outras contas a pagar e partes relacionadas.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

Caixa e equivalentes de caixa

Estão representados por aplicações de curto prazo, de liquidez imediata, que são prontamente conversíveis para quantias conhecidas de caixa e sujeito a um insignificante risco de mudança de valor.

Títulos e valores mobiliários

Títulos e valores mobiliários são ativos financeiros adquiridos pela Companhia, principalmente para a finalidade de venda ou de recompra no curto prazo. Usualmente, incluem-se nesta classificação valores mobiliários com vencimentos originais acima de 90 dias na data da aplicação.

c. Moeda estrangeira

A Administração da Companhia definiu que sua moeda funcional é o Real de acordo com as normas descritas no CPC 02 - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis, aprovado pela Deliberação CVM nº 534/2008, e IAS 21 (*The Effects of Changes in Foreign Exchange Rates*).

Transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não realizadas na moeda funcional, são convertidas pela taxa de câmbio das datas de cada transação.

Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data do fechamento. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos monetários são reconhecidos na demonstração de resultados. Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas das transações ou nas datas de avaliação ao valor justo quando este é utilizado.

Os ganhos e as perdas decorrentes de variações de investimentos no exterior são reconhecidos diretamente no patrimônio líquido na conta de Ajustes Acumulados de Conversão e reconhecidos na demonstração do resultado quando esses investimentos forem alienados, todo ou parcialmente.

As demonstrações financeiras de controladas e coligadas no exterior, em ambiente econômico estável, com moeda funcional distinta da controladora, são convertidas para reais pela taxa de câmbio média mensal, os ativos e passivos são convertidos pela taxa final do exercício e os demais itens do patrimônio líquido são convertidos pela taxa histórica.

As controladas no exterior possuem as seguintes moedas funcionais:

OGX Áustria	Euro
OGX International	Euro
OGX Netherlands	Dólar Americano

d. Estoques

Representados por ativos adquiridos de terceiros, na forma de materiais e suprimentos a serem consumidos ou utilizados na campanha de perfuração exploratória. Os estoques estão registrados ao custo de aquisição (Nota Explicativa nº 8).

e. Investimentos

As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir. As políticas contábeis de controladas estão alinhadas com as políticas adotadas pela Companhia.



	Percentual de participação	Controladora		
		31/12/2010	31/12/2009	1/01/2009
OGX Ltda.	99,99	8.373.856	8.336.738	5.519.195
OGX Maranhão	66,67	49.306	-	-
OGX Campos	100,00	12.760	-	-
OGX Áustria	100,00	17	-	-
OGX International	100,00	21	-	-
OGX Netherlands	100,00	31.917	-	-
Outros Investimentos	100,00	-	1.000	-
		8.467.877	8.337.738	5.519.195

a. Movimentação do investimento nas investidas no exercício

Saldo em 1 de janeiro de 2009	5.519.195
Aumento de capital em investidas	2.804.437
Aquisições de outros investimentos	1.000
Resultado de equivalência patrimonial	13.106
Saldo em 31 de dezembro de 2009	8.337.738
Contribuição de capital em participações societárias (*)	129.315
Baixa de outros investimentos	(1.000)
Ajustes de conversão	(1.148)
Resultado de equivalência patrimonial	2.971
Saldo em 31 de dezembro de 2010	8.467.877

(*) Representa a constituição de investidas no exercício findo em 31 de dezembro de 2010, vide Nota Explicativa nº 1.

b. Informações sobre as investidas

Dados das controladas	31/12/2010				Lucro líquido (prejuízo) do exercício
	Participação no capital social (em %)	Quantidade de ações	Patrimônio líquido	Capital social	
OGX Ltda.	99,99	8.416.469.072	8.373.856	8.416.469	33.649
OGX Maranhão	66,67	114.002.000	73.960	114.002	(35.274)
OGX Campos	100,00	20.000.000	12.760	20.000	(7.240)
OGX Áustria	100,00	1	17	89	(62)
OGX International	100,00	1	21	89	(58)
OGX Netherlands	100,00	900	31.917	33.136	(92)
			8.492.531	8.583.785	(9.077)

Dados da controlada	31/12/2009				Lucro líquido do exercício
	Participação no capital social (em %)	Quantidade de ações	Patrimônio líquido	Capital social	
OGX Ltda.	99,99	8.416.469.072	8.336.739	8.416.469	13.106

Dados da controlada	1/01/2009			
	Participação no capital social (em %)	Quantidade de ações	Patrimônio líquido	Capital social
OGX Ltda.	99,99	5.612.030.366	5.519.195	5.612.030

Os saldos dos grupos do balanço patrimonial das controladas, em 31 de dezembro de 2010 e 2009 e 1º de janeiro de 2009, estão demonstrados a seguir:

Em 31 de dezembro de 2010	No Brasil			No exterior		
	OGX Ltda.	OGX Maranhão	OGX Campos	OGX Áustria	OGX International	OGX Netherlands
Ativo circulante	4.810.016	100.640	25.320	33	36	31.965
Imobilizado	27.565	59	-	-	-	-
Intangível	4.215.107	54.237	264.422	-	-	-
Passivo circulante	700.106	30.351	-	17	16	48
Passivo não-circulante	10.437	68.797	280.711	-	-	-
Patrimônio líquido	8.373.856	73.960	12.760	16	20	31.917

Em 31 de dezembro de 2009	No Brasil			No exterior		
	OGX Ltda.	OGX Maranhão	OGX Campos	OGX Áustria	OGX International	OGX Netherlands
Ativo circulante	6.761.532	-	-	-	-	-
Imobilizado	19.917	-	-	-	-	-
Intangível	2.099.559	-	-	-	-	-
Passivo circulante	541.867	-	-	-	-	-
Passivo não-circulante	2.402	-	-	-	-	-
Patrimônio líquido	8.336.739	-	-	-	-	-

Em 1 de janeiro de 2009	No Brasil			No exterior		
	OGX Ltda.	OGX Maranhão	OGX Campos	OGX Áustria	OGX International	OGX Netherlands
Ativo circulante	4.046.916	-	-	-	-	-
Imobilizado	12.066	-	-	-	-	-
Intangível	1.485.430	-	-	-	-	-
Passivo circulante	23.117	-	-	-	-	-
Passivo não-circulante	2.100	-	-	-	-	-
Patrimônio líquido	5.519.195	-	-	-	-	-

10. IMOBILIZADO

	31/12/2010					
	Taxa de depreciação % a.a.	Saldo inicial	Adições	Baixas	Depreciação	Líquido
Móveis & utensílios	10	1.233	504	-	(166)	1.571
Equipamentos diversos	10	142	518	-	(35)	624
Equipamentos de informática	20	3.296	1.624	(45)	(1.022)	3.853
Sistemas de análises sísmicas	20	12.312	4.913	-	(3.742)	13.482
Beneficiárias em imóveis de terceiros	10	2.749	5.666	-	(438)	7.977
Veículos	20	185	-	-	(69)	116
		19.917	13.225	(45)	(5.473)	27.624

	31/12/2009					
	Taxa de depreciação % a.a.	Saldo inicial	Adições	Baixas	Depreciação	Líquido
Móveis & utensílios	10	1.011	350	(5)	(123)	1.233
Equipamentos diversos	10	144	14	-	(16)	142
Equipamentos de informática	20	1.614	2.452	(39)	(731)	3.296
Sistemas de análises sísmicas	20	6.979	7.727	-	(2.394)	12.312
Beneficiárias em imóveis de terceiros	10	2.065	954	-	(270)	2.749
Veículos	20	254	-	-	(69)	185
		12.067	11.497	(44)	(3.603)	19.917

11. INTANGÍVEL E DESPESAS COM EXPLORAÇÃO

	Consolidado				
	1/01/2009	Adições	Saldos em 31/12/2009	Adições	31/12/2010
Ativo intangível:					
Gastos com perfuração exploratória	5.707	463.767	469.474	2.479.280	2.948.754
Intangível em progresso (a)	-	138.362	138.362	10.579	148.941
Bônus de assinatura de blocos exploratórios	1.479.723	12.000	1.491.723	-	1.491.723
	1.485.430	614.129	2.099.559	2.489.859	4.589.418

(a) Gastos incorridos no exercício findo em 31 de dezembro de 2010 e 2009 referentes à mobilização de sondas e equipamentos utilizados no processo de perfuração das concessões da campanha exploratória.

Os ativos registrados neste grupo terão sua vida útil definida apenas quando as controladas OGX Ltda. e OGX Maranhão estiverem em sua fase de produção e serão amortizados pelo método das unidades a serem produzidas em relação às reservas totais a serem provadas. Conseqüentemente, a amortização ainda não foi iniciada em função do estágio da atividade pré-operacional.

Em caso de descoberta comercial, as controladas OGX Ltda., OGX Maranhão e OGX Campos deverão concluir as fases de desenvolvimento e produção no prazo total de 27 anos.

Em 27 de novembro de 2007, na Nona Rodada de Licitação de Blocos Exploratórios promovida pela ANP, a controlada OGX Ltda. adquiriu 21 concessões exploratórias.

Em 3 de dezembro de 2008, a ANP homologou a aquisição de 50% de participação no Bloco BM-S-29 da Maersk, situado na Bacia de Santos. Posteriormente, em 8 de maio de 2009 e 9 de novembro de 2010, foram aprovadas pela ANP participações adicionais de 15% e 35%, respectivamente. Dessa forma a OGX passou a deter 100% deste bloco.

Em 24 de setembro de 2009, foi homologada pela ANP, a aquisição de 70% de participação em sete blocos exploratórios terrestres na Bacia do Parnaíba, interior do Maranhão, por meio de sua subsidiária OGX Ltda. que se tornou operadora das concessões. Esta participação foi adquirida junto a Petra Energia Ltda., que permanece com 30% remanescentes nos blocos.

Em 27 de abril de 2010, a ANP aprovou a transferência da participação de 70% dos direitos e obrigações referentes a sete blocos exploratórios terrestres na Bacia do Parnaíba, detida pela OGX Ltda. para a subsidiária OGX Maranhão, que é controlada pela OGX S.A., que detém 66,67% do capital social. O restante é detido pela MPX S.A. com 33,33% do capital social.

Paralelamente a esta aquisição, a Companhia e a MPX Energia S.A. firmaram um Memorando de Entendimentos formalizando a intenção de transferir, mediante aprovação da ANP, que ocorreu em 27 de abril de 2010, a participação nos blocos, para a OGX Maranhão, onde a OGX S.A., como operadora, detém 66,67% e a MPX 33,33% do capital social. Este Memorando de Entendimentos também formaliza a intenção de celebrar um acordo de fornecimento de gás natural para Usinas Termoeletricas a serem desenvolvidas pela MPX em associação com a Petra, o que poderá garantir uma demanda para até a totalidade da produção.

A OGX, através de sua subsidiária OGX Petróleo e Gás Ltda., ofereceu propostas vencedoras para 5 blocos exploratórios em 3 Bacias terrestres: Cesar-Rancheria, Vale Inferior do Madalena e Vale do Médio Madalena. A adjudicação dos contratos pela Agência Nacional de Hidrocarburos ("ANH") encontra-se em processo.

Os cinco blocos adquiridos totalizam uma área de aproximadamente 12,5 mil km² em bacias sedimentares terrestres, de diferentes estágios de maturidade, que apresentam relevante potencial exploratório. A OGX se comprometeu com investimentos totais de, aproximadamente, US\$ 125 milhões ao longo dos três anos de programa exploratório inicial, que compreende a aquisição de dados sísmicos e a perfuração de poços.

A área total dos blocos exploratórios da Companhia no Brasil abrange cerca de 30 mil km², e está distribuída conforme tabelas a seguir, que demonstram os gastos para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010 e 2009:

Consolidado em 31/12/2010							
Bacia	Blocos	Nº.	Período de execução do PEM	Programa exploratório mínimo	Bônus de assinatura	Movimentação do exercício	
						Gastos com exploração e perfuração (a)	Despesas com exploração (b)
CAMPOS	7	3 + 2 anos	284.383	826.102	1.699.132	16.958	1.716.090
PARÁ-MARANHÃO	5	4 + 2 anos	48.204	9.780	5.740	9.391	15.131
SANTOS	5	3 + 2 anos	166.163	599.441	730.306	7.059	737.365
ESPIRITO SANTO	5	4 + 2 anos	41.182	44.400	2.103	19.190	21.293
PARNAÍBA	7	4 + 2 anos	78.600	12.000	41.999	45.243	87.242
Total	29		618.532	1.491.723	2.479.280	97.841	2.577.121

Consolidado em 31/12/2009							
Bacia	Blocos	Nº.	Período de execução do PEM	Programa exploratório mínimo	Bônus de assinatura	Movimentação do exercício	
						Gastos com exploração e perfuração (a)	Despesas com exploração (b)
CAMPOS	7	3 + 2 anos	284.383	826.102	273.201	23.298	296.499
PARÁ-MARANHÃO	5	4 + 2 anos	48.204	9.780	3.042	16.988	20.030
SANTOS	5	3 + 2 anos	166.163	599.441	186.779	16.238	203.017
ESPIRITO SANTO	5	4 + 2 anos	41.182	44.400	745	36.639	37.384
PARNAÍBA	7	4 + 2 anos	78.600	12.000	-	4.751	4.751
Total	29		618.532	1.491.723	463.767	97.914	561.681

(a) Os gastos incorridos na fase exploratória, encontram-se diretamente ligados com o planejamento e campanha de perfuração, estudos de licenciamento e impacto ambiental, entre outros.

(b) As despesas com exploração estão relacionadas com aquisição, processamento e interpretação de dados sísmicos, entre outros, as quais são registradas no resultado do exercício.

Em consonância com o IAS 36/ CPC 1, a Companhia e suas controladas revisam anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam causar deterioração ou perda de seu valor recuperável.

Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido em excesso do valor recuperável, é constituída uma provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido em excesso do valor recuperável. O valor recuperável é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

A Companhia avaliou o valor de recuperação dos seus ativos com base no valor presente líquido do fluxo de caixa futuro estimado.

Os valores alocados às premissas representam a avaliação da Administração sobre as tendências do setor de petróleo e gás, bem como a evolução dos projetos da Companhia, sendo utilizado como base fontes internas e externas de dados.

O fluxo de caixa foi projetado com base no resultado operacional e projeções da Companhia até o término das concessões, tendo como principais premissas:

- Crescimento orgânico compatível com os dados históricos e perspectivas de crescimento da economia brasileira.
- Foi considerada uma taxa média de desconto de 10%, levando em consideração o benchmark da indústria de petróleo.

No último teste efetuado no final do exercício de 2010 não foi identificada a necessidade de reconhecimento de provisão para perdas.

12. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR, DIFERIDOS E A RECOLHER

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2010	31/12/2009	1/01/2009	31/12/2010	31/12/2009	1/01/2009
Ativo circulante:						
IRRF sobre aplicações financeiras	45.282	40.567	36.275	270.782	166.196	38.862
Antecipações de imposto de renda	-	26.233	-	4	26.238	-
Antecipações de contribuição social	-	9.684	-	-	16.642	-
IRPJ a compensar	-	-	-	5	-	-
CSLL a compensar	171	-	-	8.313	-	-
Outros a compensar	152	-	-	230	-	-
Subtotal	45.605	76.484	36.275	279.334	209.076	38.862
Ativo não circulante:						
IRPJ diferido	-	-	-	33.559	-	-
CSLL diferida	-	-	-	12.081	-	-
Subtotal	-	-	-	45.640	-	-
Total imposto a recuperar e diferidos	45.605	76.484	36.275	324.974	209.076	38.862
Passivo circulante:						
IRPJ a recolher	14.772	27.465	-	14.772	27.465	-
CSLL a recolher	-	10.140	285	-	10.140	285
Outros	54	160	352	8.871	2.511	1.653
Total imposto a recolher	14.826	37.765	637	23.643	40.116	1.938

A Companhia e suas controladas OGX Ltda., OGX Maranhão e OGX Campos calculam o imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro pelo regime de apuração do Lucro Real, com antecipações mensais efetuadas por estimativa.

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social debitada em resultado, é demonstrada como segue:

	31/12/2010			
	Controladora	CSLL	Consolidado	CSLL
Prejuízo do exercício antes do IRPJ e CSLL	(148.196)	(148.196)	(202.701)	(202.701)
Ajustes do RTT (a)	190.540	190.540	190.540	170.171
Lucro (prejuízo) contábil ajustado pelos efeitos da Lei nº 11.638/2007 e nº 11.941/2009	42.344	42.344	(12.161)	(12.161)
Adições e exclusões do LALUR	25.64			



prevê o pagamento de US\$ 90.000/dia, a título de adiantamento, até a data de disponibilização da FPSO OSX 1 para operação de produção da OGX Ltda.

(ii) Valores devidos pela controlada OGX Ltda., relativos aos vãos efetuados por executivos da Companhia.

(iii) Referem-se aos custos devidos pela controlada OGX Ltda., relativos ao compartilhamento de recursos administrativos.

Remuneração dos administradores

A remuneração dos administradores esta detalhada na Nota Explicativa nº 19.

14. FORNECEDORES

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2010	31/12/2009	1/01/2009	31/12/2010	31/12/2009	1/01/2009
Fornecedores de bens e serviços (*)	502	53	4.142	424.078	142.388	18.047
Seguros	-	-	29	22.829	8.874	197
	502	53	4.171	446.907	151.262	18.244

(*) No consolidado, refere-se a aquisições de materiais e serviços necessários à execução da campanha exploratória, cujo prazo médio de liquidação é de 50 dias, sobre os quais não há incidência de encargos.

15. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a. Capital social

Em 16 de julho de 2009 ocorreu a realização (exercício) da opção de compra das 435 ações, conforme Plano de Outorga de Opção de Compra de Ações da Companhia (Nota Explicativa nº 16) com uma integralização de capital, no montante de R\$103.

Em 18 de dezembro de 2009 foi realizada Assembleia Geral Extraordinária para deliberar sobre a proposta de desdobramento das ações de emissões da Companhia, sendo aprovada por unanimidade e passando cada 1 (uma) ação ordinária existente da Companhia a corresponder a 100 (cem) ações ordinárias.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2010, ocorreram realizações (exercícios) de opções de compra de ações, conforme Plano de Outorga de Opção de Compra de Ações da Companhia (Nota Explicativa nº 16) com integralização de capital, conforme demonstração abaixo:

Data	Quantidade de ações	Valor R\$
1º de março	284.200	1.672
2 de maio	135.300	804
24 de agosto	74.000	245
18 de outubro	114.500	732
2 de dezembro	549.500	3.994
	1.157.500	7.447

A tabela a seguir demonstra a composição do capital social em 31 de dezembro de 2010 e 31 de dezembro de 2009:

31/12/2010			
Acionista	Nº de ações Ordinárias	Participação %	Capital R\$
Centennial Asset (*)	1.980.202.597	61,25	1.393.972
Outros (acionistas com participação individual inferior a 5%)	1.252.959.003	38,75	7.649.430
	3.233.161.600	100,00	9.043.402

Gastos com emissão de ações (considera emissões privada e pública de ações)	(236.951)
Capital social líquido	8.806.451

(*) Centennial Asset Mining Fund LLC e Centennial Asset Brazilian Equity Fund.

31/12/2009			
Acionista	Nº de ações Ordinárias	Participação %	Capital R\$
Centennial Asset Mining Fund LLC	2.017.567.500	62,43	1.420.275
Ontário Teachers' Pension Plan Board	284.834.600	8,81	802.318
Outros (acionistas com participação individual inferior a 5%)	929.602.000	28,76	6.813.362
	3.232.004.100	100,00	9.035.955

Gastos com emissão de ações (considera emissões privada e pública de ações)	(236.951)
Capital social líquido	8.799.004

(*) Centennial Asset Mining Fund LLC e Centennial Asset Brazilian Equity Fund.

1/01/2009 (*)			
Acionista	Nº de ações Ordinárias	Participação %	Capital R\$
Centennial Asset Mining Fund LLC	1.980.584.700	61,27	1.394.241
Ontário Teachers' Pension Plan Board	393.470.000	12,17	1.108.321
Outros (acionistas com participação individual inferior a 5%)	857.905.900	26,56	6.533.290
	3.231.960.600	100,00	9.035.852

Gastos com emissão de ações (considera emissões privada e pública de ações)	(236.951)
Capital social líquido	8.798.901

(*) Para efeito de comparação esta posição já contempla o desdobramento de ações ocorrido em 18 de dezembro de 2009, correspondendo cada 1 (uma) ação ordinária existente a 100 (cem) ações ordinárias.

Custo na emissão de ações

Os custos de distribuição da Oferta Pública de Ações estão registrados em conta retificadora do patrimônio líquido, em conformidade com o CPC 08 e IAS 39 (*Financial Instruments: Recognition and Measurement*). Estes custos se referem a comissão e a serviços de registro e listagem da oferta, advogados, auditores, publicidade e outros.

b. Dividendos

O estatuto social determina a distribuição de um dividendo mínimo obrigatório de 0,001% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/1976 (redação alterada pela Lei nº 10.303/2001). A Companhia poderá, a critério da Administração, pagar juros sobre o capital próprio, cujo valor líquido será imputado ao dividendo mínimo obrigatório, conforme previsto no artigo 9º da Lei nº 9.249/1995.

Em função do prejuízo auferido no exercício findo em 31 de dezembro de 2010, a proposta que será encaminhada pela Administração da Companhia à aprovação dos acionistas na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária (cumulativas), a ser realizada em 27 de abril de 2011, é a não distribuição de dividendos aos acionistas.

c. Reservas

• Reserva de capital

Registra a contrapartida dos efeitos relativos ao valor justo das opções de compra de ações, divulgados na Nota Explicativa nº 16.

• Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/1976, até o limite de 20% do capital social.

O valor constituído em 2009 teve como base o lucro apurado com base nas práticas contábeis então vigentes.

• Reserva estatutária

De acordo com o estatuto social da Companhia a totalidade do saldo remanescente do lucro líquido, após as devidas destinações, é destinada a criação de uma reserva estatutária, a qual não deverá exceder o valor do capital social. Esta reserva tem por finalidade financiar o desenvolvimento, o crescimento e a expansão dos negócios da Companhia. Quando o limite da reserva de lucros for alcançado, o saldo poderá ser distribuído como um dividendo adicional, se aprovado em Assembleia de Acionistas.

• Ajustes acumulados de conversão

Representam as variações cambiais de investimento em controladas no exterior.

16. PLANO DE OPÇÃO DE COMPRA DE AÇÕES

Opções outorgadas pela Companhia

A Companhia, em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 30 de abril de 2008, aprovou um programa de opção de compra de ações de sua emissão. De acordo com o programa de opção de compra de ações, o Conselho de Administração poderá outorgar opções de compra de ações em favor de administradores, executivos e colaboradores da Companhia que representem não mais do que 1% das ações em circulação, cujo exercício resultará em emissão de novas ações por parte da Companhia.

Os planos seguem a regra de exercício proporcional entre cinco e sete primeiros aniversários (dependendo do plano), ficando os beneficiários sujeitos às restrições de venda que constam do contrato de opção de compra de ações.

Durante o período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2010 a Administração, no âmbito de suas funções e em conformidade com o Plano de Outorga de Opção de Compra de Ações da Companhia, aprovou a outorga de 7.796.800 opções de compra de ações da Companhia, ao preço médio de exercício de R\$ 14,02.

A movimentação das opções existentes em 31 de dezembro de 2010 está apresentada a seguir, contemplando os efeitos gerados pelo desdobramento das ações, conforme mencionado na Nota Explicativa nº 15a:

	Quantidade de opções de compra	Preço de exercício médio ponderado
Opções em circulação em 1º de janeiro de 2009	3.171.700	5,59
Concedidas	7.926.700	6,47
Exercidas	(43.500)	2,36
Canceladas	(72.500)	2,32
Opções em circulação em 31 de dezembro de 2009	10.982.400	6,26
Concedidas	7.796.800	14,02
Exercidas	(1.157.500)	6,29
Opções em circulação em 31 de dezembro de 2010	17.621.700	8,70
Quantidade de opções exercíveis em 31 de dezembro de 2009	663.300	5,70
Quantidade de opções exercíveis em 31 de dezembro de 2010	1.284.518	6,05

Os planos outorgados pela Companhia, conforme as regras de exercício, estão distribuídos conforme demonstrado abaixo:

	Quantidade de opções em circulação (por período previsto para exercício)							Total
	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	
2008	395.600	235.180	634.340	634.340	634.340	-	-	2.533.800
2009	14.500	523.480	1.127.180	1.416.480	1.416.480	1.343.680	891.000	630.600
2010	-	115.758	888.937	893.076	893.076	893.075	1.408.165	1.408.163
	410.100	874.418	2.635.957	2.943.896	2.943.895	2.236.755	2.299.165	2.038.763
								1.238.751
								17.621.700

O valor justo das opções de compra de ações foi estimado na data de concessão das opções utilizando-se o modelo de precificação de opções Black-Scholes com base nas seguintes premissas:

Planos de opções de compras de ações		
	31/12/2009	31/12/2010
Total de opções concedidas	7.926.700	7.796.800
Preço médio de exercício da opção	6,5	14,02
Valor justo médio da opção na data da concessão	5,13	8,31
Volatilidade média estimada do preço da ação	30,66% a 46,37%	19,62% a 43,22%
Dividendo esperado	0,001%	0,001%
Taxa média de retorno livre de risco	4,81% a 7,39%	4,69% a 6,80%
Duração da opção (em anos)	5 a 7	7

A única condição imposta pela Companhia para que seus administradores, executivos e colaboradores façam jus às suas opções é que permaneçam na Companhia, até adquirirem o direito ao exercício da opção.

O efeito no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2010, na Companhia, referente à outorga de opções de ações foi de R\$ 19.561 (R\$ 9.629 no exercício findo em 31 de dezembro de 2009).

Opções outorgadas pelo acionista controlador:

De forma a incentivar os principais executivos da Companhia e suas controladas e motivá-los a alcançar resultados de longo prazo, o Acionista Controlador outorgou opções em favor de todos os diretores e dos principais administradores para compra de ações da Companhia, de sua titularidade. Estas opções não resultarão em diluição dos demais investidores.

Em favor de membros da diretoria e principais colaboradores, o acionista controlador outorgou opções para que os mesmos adquiram, aproximadamente, 4,1% das ações de sua propriedade.

As opções outorgadas a esses profissionais podem ser exercidas proporcionalmente entre cinco e sete primeiros aniversários dos respectivos contratos, sendo que os beneficiários da opção estarão sujeitos às restrições de venda descritas no próprio contrato de opção de compra de ações.

	Quantidade de opções de compra	Preço de exercício médio ponderado
Opções em circulação em 1º de janeiro de 2009	72.431.700	0,18
Exercidas	(14.229.000)	0,18
Opções em circulação em 31 de dezembro de 2009	58.202.700	0,18
Concedidas	9.234.850	0,15
Exercidas	(23.480.400)	0,17
Opções em circulação em 31 de dezembro de 2010	43.957.150	0,18
Quantidade de opções exercíveis em 31 de dezembro de 2009	11.530.700	0,18
Quantidade de opções exercíveis em 31 de dezembro de 2010	562.200	0,26

Os planos outorgados pelo controlador final, conforme as regras de exercício, estão distribuídos conforme demonstrado abaixo:

	Quantidade de opções em circulação (por período previsto para exercício)						
	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
2007	434.000	-	-	9.574.700	9.575.000	9.551.100	8.638.300
2008	-	128.000	-	31.600	202.200	203.400	170.600
2010	-	-	-	1.319.200	1.319.200	1.319.200	1.319.650
	434.000	128.000	-	10.925.500	11.096.400	11.073.300	10.128.550
							171.000
							43.957.150

O valor justo das opções de compra de ações foi estimado na data de concessão das opções, utilizando-se o modelo de precificação de opções Black-Scholes, com base nas seguintes premissas:

Planos de opções de compra de ações		
	31/12/2009	31/12/2008
Total de opções concedidas	80.227.350	1.439.200
Preço médio de exercício da opção	0,17	0,26
Valor justo médio da opção na data da concessão	4,98	5,93
Volatilidade média estimada do preço da ação	24,77% a 31,85%	26,66% a 34,32%
Dividendo esperado	0,001%	0,001%
Taxa média de retorno livre de risco	3,86% a 4,48%	2,98% a 4,26%
Duração da opção (em anos)	5 a 7	5 a 7

A única condição imposta pelo controlador final para que seus administradores, executivos e colaboradores façam jus às suas opções é que permaneçam na Companhia até adquirirem o direito ao exercício da opção.

O efeito no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2010, na Companhia, referente à outorga de opções de ações foi de R\$126.473 (R\$111.455 no exercício findo em 31 de dezembro de 2009).

17. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

As despesas gerais e administrativas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010 totalizaram R\$319.072 (R\$229.480 em 31 de dezembro de 2009). Os principais gastos incorridos estão contemplados conforme demonstrativo abaixo:

	Consolidado	
	31/12/2010	31/12/2009
Despesas gerais e administrativas	89.252	72.357
Despesas com pessoal	19.561	9.629
Plano de opção de ações da Companhia (*)	126.473	111.455
Plano de opção de ações do controlador (*)	29.380	9.840
Despesas com escritório	11.604	10.583
Compartilhamento de recursos administrativos	26.240	6.377
Prestação de serviços técnicos	16.562	9.239
Outros	319.072	229.480

(*) Este saldo refere-se inteiramente a controladora, e representa a principal despesa administrativa da Companhia.

18. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2010	31/12/2009
Despesas financeiras				
Juros	(18)	(699)	(109)	(701)
Variações monetárias passivas	-	-	(45)	-
Variações cambiais passivas	(43)	(15)	(8.270)	(1.621)
Perdas com instrumentos financeiros derivativos	-	(3.772)	(427.317)	(248.997)
Valor justo em operações com derivativos	-	(61.053)	-	(355.557)
Outros	(123)	(1.386)	(165)	(1.492)
	(184)	(66.925)	(435.905)	(608.368)
Receitas financeiras				
Juros	3.247	3.321	16.265	3.666
Variações monetárias ativas	-	46	-	46
Variações cambiais ativas	109	-	11.821	1.297
Ganhos com instrumentos financeiros derivativos	-	28.608	3.989	28.921
Valor justo em operações com derivativos	-	-	74.962	-
Rendimento de aplicações financeiras	74.477	97.894	585.436	838.809
Outros	1	3	1.938	2
	77.833	129.872	694.411	872.741
	77.650	62.947	258.506	264.373

Resultado financeiro líquido

19. REMUNERAÇÃO DOS MEMBROS DO CONSELHO E DA DIRETORIA

De acordo com a Lei nº 6.404/1976 e com o estatuto social da Companhia, é responsabilidade dos acionistas, em Assembleia Geral, fixar o montante global da remuneração anual dos administradores. Cabe ao Conselho de Administração efetuar a distribuição da verba entre os administradores.

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em 30 de abril de 2010, foi fixado o limite de remuneração fixa global anual dos administradores da Companhia, para o exercício de 2010 em até R\$9.000 (R\$7.250 para o exercício de 2009).

No exercício findo em 31 de dezembro de 2010, os administradores, conselheiros e os membros do Comitê de auditoria receberam remuneração fixa e baseada em ações, por serviços nas respectivas áreas de conhecimento e competência, conforme descrito no quadro abaixo:

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2010	31/12/2009
Benefícios de curto prazo:		
Administradores (pró-labore)	5.299	4.696
Conselho de administração (honorários)	1.254	1.488
Comitê de auditoria (honorários)	168	48



21. COMPROMISSOS ASSUMIDOS

Em 31 de dezembro de 2010, a Companhia, por meio de suas controladas OGX Ltda. e OGX Maranhão, mantém contratos com fornecedores de materiais e serviços de grande porte, chave para suas operações, conforme a seguir:

Objeto	Fornecedor	Denominação	Prazo	Início
Plataforma semi-submersível	Diamond	Ocean Ambassador	3 anos	Out/09
		Ocean Lexington	3 anos	Fev/10
		Ocean Quest	3 anos	Out/09
		Ocean Star	3 anos	Jan/10
	Pride International	Sea Explorer	2 anos	Ago/09
Barco (PSV)	ECO	Santo Suplier	3 anos	Ago/09
		Campo Captain	3 anos	Ago/09
		Thor Supplier	3 anos	Out/09
		C-Enforcer	1 ano	Set/10
Barco (AHTS)	Norskkan	Sanko Bay	3 anos	Ago/09
		C-Sailor	3 anos	Set/09
	ECO	Skandi Mogster	2 anos	Ago/09
		Norskkan	Odin Viking	1 ano
Barco (FSV)	Brico	Fast Tender	3 anos	Out/09
		Shore Base	3 anos	Fev/09
Helicóptero	Aeroleo	-	3 anos	Ago/09
		-	3 anos	Ago/09
Ancoragem e posicionamento	Intermoor (*)	-	3 anos	Jun/09
		-	4 anos	Jan/09
Tubos	Vetco (*)	-	4 anos	Jan/09
		-	4 anos	Jan/09
		-	4 anos	Jan/09
Cabeça de poço	GE Vetco (*)	-	4 anos	Jan/09
		-	4 anos	Ago/09
Fluidos de perfuração	MI Swaco (*)	-	4 anos	Ago/09
		-	4 anos	Mar/09
Serviços integrados de engenharia	Schlumberger (*)	-	4 anos	Mar/09
		-	4 anos	Jan/09
Manuseio de tubos	Frank's International (*)	-	3 anos	Out/09
		-	4 anos	Out/09
Óleo diesel	Petrobras (*)	-	3 anos	Out/09
		-	3 anos	Fev/10
Mão de obra - fiscal	Jaymar (*)	-	3 anos	Out/09
		-	4 anos	Out/09
Pescaria e ferramentas de perfuração	Smith (*)	-	3 anos	Out/09
		-	3 anos	Out/09
Base logística	CBD	-	3 anos	Out/09
		-	4 anos	Out/09
Mudlogging	Geoservices (*)	-	1 ano	Dez/09
		-	4 anos	Dez/09
Sísmica Bacia do Parnaíba	Georadar	-	1 ano	Dez/09
		-	4 anos	Dez/09
Liner Hanger & Serviços de perfuração gerais	Weatherford (*)	-	3 anos	Dez/09
		-	3 anos	Dez/09
Serviços de testemunhagem	Christensen Roder (*)	-	20 anos	Fev/10
		-	1 ano	Mar/10
FPSO	OSX 1 BV	OSX-1	20 anos	Fev/10
		Queiroz Galvão	1 ano	Mar/10
Unidade de perfuração terrestre (Bacia do Parnaíba)	Maersk	Traveler	1 ano	Dez/10
		Pan Marine	1 ano	Dez/10
Barco (AHTS)	Terrel Tide	-	1 ano	Dez/10
		-	1 ano	Dez/10

(*) Trata-se de contrato do tipo *Master Service Agreement*.

As controladas OGX Ltda. e OGX Maranhão têm compromisso de executar o Programa Exploratório Mínimo ("PEM"), que compreende a perfuração de 29 poços exploratórios, além de aquisição, reprocessamento e processamentos sísmicos especiais, no montante equivalente a R\$618.532. Este compromisso está sendo cumprido dentro do período exploratório de cada concessão.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2010, a Companhia e suas controladas não assumiram outros compromissos que não estejam divulgados em seus balanços, exceto os anteriormente mencionados.

22. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia e suas controladas mantêm operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção (*hedge*) é feita por meio de análise da exposição ao risco (câmbio, taxa de juros etc.), e obedece a estratégia aprovada pelo Conselho de Administração. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado e expectativas futuras. A Companhia e suas controladas não efetuam aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia e suas controladas.

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia e suas controladas foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

A Companhia tem uma política formal para gerenciamento de riscos. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição ao risco que a Administração pretende cobrir, a qual é aprovada pelo Conselho de Administração. Os resultados obtidos com estas operações e a aplicação dos controles internos para o gerenciamento de riscos foram satisfatórios aos objetivos propostos.

Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas Demonstrações Financeiras, conforme o quadro abaixo:

Instrumentos financeiros	Nota	Controladora			Consolidado		
		31/12/2010	31/12/2009	1/01/2009	31/12/2010	31/12/2009	1/01/2009
Ativos							
Caixa e equivalentes de caixa	6	3.094	106.699	2.964.114	4.080.107	6.633.787	7.011.609
Títulos e valores mobiliários	7	708.059	704.113	589.625	708.059	704.113	589.625
Instrumentos financeiros derivativos	21	-	-	61.053	-	-	54.800
		711.153	810.812	3.614.792	4.788.166	7.337.900	7.656.034
Passivos							
Fornecedores	13	(502)	(53)	(4.171)	(446.907)	(151.262)	(18.244)
Instrumentos financeiros derivativos	21	-	-	-	(225.794)	(300.757)	-
Outras contas a pagar		(261)	(1.722)	(3)	(11.426)	(65.311)	(3)
Partes relacionadas	12	-	-	-	(11.758)	(2.402)	(2.100)
		(763)	(1.775)	(4.174)	(995.885)	(519.732)	(20.347)

Em atendimento à Instrução CVM nº 475/2008 e à Deliberação nº 604/2009 que revogou a Deliberação nº 566/2008, a descrição dos saldos contábeis e dos valores de mercado dos instrumentos financeiros incluídos no balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2010 e 2009, estão identificadas a seguir:

Caixa e equivalentes de caixa

Os saldos em conta-corrente mantidos em bancos têm seus valores de mercado idênticos aos saldos contábeis e classificados como ativos e passivos financeiros mensurados a valor justo através do resultado.

As aplicações financeiras em fundos de investimentos estão mensuradas ao seu valor de mercado, que corresponde ao seu valor de mercado.

Títulos e valores mobiliários

As aplicações financeiras em Certificados de Depósitos Bancários estão mensuradas ao seu valor na data do balanço, que corresponde ao seu valor de mercado.

Fornecedores

Contas a pagar a fornecedores de bens e serviços necessários às operações da Companhia e suas controladas, cujos valores são conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridos até a data dos balanços.

Estes saldos estão classificados como passivo financeiro não mensurado ao valor justo e se encontram reconhecidos pelo seu custo amortizado, que não divergem significativamente do valor de mercado.

Outras contas a pagar

Estes saldos estão classificados como passivo financeiro não mensurado ao valor justo e se encontram reconhecidos pelo seu custo amortizado, que não divergem significativamente do valor de mercado.

Partes relacionadas

Valores devidos à empresas ligadas relativos, principalmente, ao compartilhamento de recursos administrativos e de suporte provido pelas empresas do Grupo EBX.

Estes saldos estão classificados como passivo financeiro não mensurado ao valor justo e se encontram reconhecidos pelo seu custo amortizado, que não divergem significativamente do valor de mercado.

Instrumentos financeiros derivativos

Descrito no item "Risco da taxa de câmbio", sub-item "Instrumentos financeiros derivativos".

a. Riscos

As operações da Companhia e de suas controladas estão sujeitas aos fatores de riscos abaixo descritos:

i. Risco de crédito

O risco de crédito decorre da possibilidade da Companhia e de suas controladas sofrerem perdas em função da inadimplência de suas contrapartes, ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar os riscos, a Companhia e suas controladas adotam como prática, a análise da situação financeira e patrimonial de suas contrapartes, assim como o acompanhamento permanente das posições em aberto. No que tange às instituições financeiras, a Companhia e suas controladas utilizam o relatório *RISKBank*, da consultoria Lopes Filho e Associados, que tem por objetivo classificar e acompanhar sistematicamente o risco e a performance de cada banco.

Quadro de risco de crédito:

Instrumentos financeiros	Nota	Controladora			Consolidado		
		31/12/2010	31/12/2009	1/01/2009	31/12/2010	31/12/2009	1/01/2009
Ativos							
Caixa e equivalentes de caixa	6	3.094	106.699	2.964.114	4.080.107	6.633.787	7.011.609
Títulos e valores mobiliários	7	708.059	704.113	589.625	708.059	704.113	589.625
		711.153	810.812	3.553.739	4.788.166	7.337.900	7.601.234

Quadro de classificação de risco "Índice RISKBank":

Banco	Classificação de Risco	Índice RiskBank
ABC BRASIL	Baixo Risco para Médio Prazo	10,65
BNP PARIBAS BRASIL	Baixo Risco para Longo Prazo	11,14
BRADESCO	Baixo Risco para Longo Prazo	11,47
BTG PACTUAL	Baixo Risco para Médio Prazo	10,41
CREDIT SUISSE (BRASIL)	(a)	11,20
HSBC BANK BRASIL	Baixo Risco para Longo Prazo	10,51
ITAU UNIBANCO	Baixo Risco para Longo Prazo	11,74
SAFRA	Baixo Risco para Longo Prazo	11,42
SANTANDER (BRASIL)	Baixo Risco para Longo Prazo (em monitoramento)	9,71
SOCIÉTÉ GÉNÉRALE VOTORANTIM	Baixo Risco para Longo Prazo	10,43
	Baixo Risco para Longo Prazo	11,01

(a) O RISKBank considerou insuficiente as informações providas pelo Credit Suisse para divulgação de sua classificação de risco. Entretanto, pelas informações apresentadas o mesmo foi classificado na Faixa I, que sugere baixo risco para longo prazo. Adicionalmente os ratings de longo prazo do banco continuam bons nas principais agências de risco (Moody's, S&P e Fitch).

ii. Risco da taxa de câmbio

As seguintes taxas de câmbio, frente ao real, foram aplicadas durante o ano:

	2010		2009	
	Taxa média	Taxa final	Taxa média	Taxa final
Dólar (US\$)	1,7593	1,6662	1,7503	1,7412
Euro (EUR)	2,3324	2,2218	2,5524	2,5073

Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia e suas controladas OGX Ltda. adotam política de controle de riscos visando minimizar os impactos decorrentes da flutuação da taxa de câmbio, sobre suas obrigações relativas a investimentos de capital ("Capex") predominantemente denominados na moeda norte-americana, ante seus recursos, que se encontram aplicados em Reais. A Companhia pode atuar na contratação de operações de derivativos, dentro dos seguintes limites:

- Para valores efetivamente comprometidos ou contratados, nos quais já existam contratos firmados com fornecedores, deve ser adotada a posição de cobertura de até 100%, independentemente do prazo da exposição.
- Para valores estimados, deve ser adotada posição com prazo de cobertura limitado a doze meses e posição de cobertura inferior a 100%, ponderada com base em perspectivas conservadoras de realização.

Tal estratégia visa proteger a Companhia e sua controlada OGX Ltda. contra flutuações cambiais, com instrumentos defensivos de *hedge*, pois a política do Grupo contra riscos financeiros não permite qualquer alavancagem com intuito especulativo.

Neste contexto, a Companhia e sua controlada OGX Ltda. realizam operações com derivativos, cuja modalidade de proteção predominantemente utilizada é a contratação de NDF's ("Non Deliverable Forwards"), que consiste na negociação a termo sem entrega física de moeda para minimizar o impacto dos descalamentos cambiais. Esta operação não gera custo inicial para a Companhia e sua controlada OGX Ltda..

Em 31 de dezembro de 2010 e 2009 e 1º de janeiro de 2009 a exposição cambial é demonstrada conforme o quadro a seguir:

	Consolidado		
	31/12/2010	31/12/2009	1/01/2009
Ativos e passivos líquido de controladas no exterior (*)	31.953	-	-
Instrumentos derivativos	2.766.725	997.621	1.168.500
Exposição	2.798.678	997.621	1.168.500

(*) Risco de moeda estrangeira sobre a exposição de câmbio da diferença entre os ativos e passivos dos investimentos no exterior.

Sempre que houver condições de mercado (liquidez e preços), a Companhia e sua controlada buscarão a contratação de instrumento com prazo de vencimento o mais próximo possível da estimativa de pagamento de suas obrigações. No longo prazo, isto minimizará impactos no fluxo de caixa da Companhia e de sua controlada. Caso os instrumentos disponíveis não atendam as necessidades da Companhia e de sua controlada de prazo de cobertura, serão contratados vencimentos mais curtos, os quais serão alongados tão logo seja restabelecida a liquidez do mercado para vencimentos mais longos.

No caso das operações envolvendo opções de moedas para o mercado local, a metodologia de cálculo do valor justo das *Call Options* (opções de Compra de Moedas - Modelo Europeu com ajuste no vencimento entre a Ptax-800 divulgada pelo Banco Central e o *strike price* - preço de exercício) considera o modelo de Garman-Kolhagen que permite a precificação de opções de câmbio com base no comportamento do preço do dólar à vista, e da taxa do cupom cambial (custo de oportunidade de retenção da moeda estrangeira).

No caso das operações de NDF's, a metodologia de cálculo do valor justo dos instrumentos considera a diferença entre o valor presente da ponta ativa e da ponta passiva, estimados através do desconto dos fluxos de caixa pela taxa de juros da moeda em que o *hedge* é denominado.

A forma algébrica para o cálculo do referido valor justo pode ser entendida conforme descrito abaixo:

(a) o valor de referência (em moeda estrangeira) é multiplicado pela taxa de câmbio originalmente contratada para o vencimento. A partir do montante em Reais, e baseado na curva de juros pré (negociada na Bolsa de Mercadorias e Futuros de São Paulo - "BM&F"), calcula-se o valor presente pelo período remanescente do vencimento da operação em dias úteis.

(b) o mesmo valor de referência é trazido a valor presente pela curva de Cupom cambial ("Forward Rate Agreement") negociada na BM&F, pelo prazo remanescente até o vencimento da operação em dias corridos. O resultado será multiplicado pela Ptax-800 de fechamento da data base (conforme divulgado pelo Banco Central do Brasil - "BACEN"). O valor justo do instrumento financeiro - MtM ("Mark to Market") em Reais será a diferença entre (a) e (b).

Nas operações contratadas, os vencimentos utilizados ocorrem sempre no primeiro dia útil do mês.

Em 31 de dezembro de 2010, a Companhia e sua controlada OGX Ltda., possuíam US\$1.660,5 milhões (US\$572,95 milhões em 31 de dezembro de 2009) contratados em operações de NDF's.

Quadro consolidado dos instrumentos financeiros derivativos:

Vencimento	Consolidado					
	Valor de Referência (US\$)			Valor Justo (R\$)		
	31/12/2010	31/12/2009	1/01/2009	31/12/2010	31/12/2009	1/01/2009
Contratos de NDF:						
OGX S.A.						
Banco Morgan Stanley	Fev/09 e Mai/09	-	-	30.000	-	5.081
Banco Citibank	Fev/09 e Mai/09	-	-	100.000	-	14.713
Banco BTG Pactual	Fev/09	-	-	80.000	-	11.867
Banco Itaú BBA	Fev/09 e Mai/09	-	-	190.000	-	29.392
Total	-	-	-	400.000	-	61.053
OGX Ltda.						
Banco Citibank	Mar/11 a Dez/11	145.100	60.000	-	(12.408)	(36.542)
Banco Morgan Stanley	Ago/11 a Set/11	260.000	112.000	-	(33.109)	(20.859)
Banco Itaú BBA	Out/11	80.000	80.000	-	(7.854)	(60.394)
Banco Santander	Fev/11 a Jun/11	170.000	-	-	(33.625)	-
Banco HSBC	Abr/11 e Nov/11	280.000	-	-	(41.059)	-
Banco Goldman Sachs	Abr/11 a Dez/11	200.000	-	-	(18.127)	-
Banco BTG Pactual	Mai/11 a Dez/11	190.000	142.000	-	(18.506)	(79.455)
Banco Bradesco	Fev/11 a Dez/11	295.400	103.950	100.000	(53.106)	(45.144)
Banco Votorantim	Mar/11	40.000	75.000	-	(8.000)	(58.363)
Total	-	1.660.500	572.950	100.000	(225.794)	(300.757)
Total Consolidado	-	1.660.500	572.950	500.000	(225.794)	(300.757)

Os contratos firmados com vencimentos em 2011 e 2012, podem ser recontratados para exercícios posteriores.

Para os instrumentos financeiros derivativos vigentes não há exigência de margem de garantia prevista nos contratos. As operações são devidamente registradas na CETIP S.A..

No exercício findo em 31 de dezembro de 2010, o resultado negativo com instrumentos financeiros derivativos foi de R\$423.328 em perdas realizadas (R\$220.076 em 31 de dezembro de 2009).

iii. Risco de taxas de juros

Decorre da possibilidade da Companhia e suas controladas sofrerem ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando a mitigação desse tipo de risco, a Companhia e suas controladas buscam diversificar a aplicação de recursos em termos de taxas pré ou pós fixadas, conforme detalhamento nas Notas Explicativas nº 6 e 7, e, em determinadas circunstâncias, podem ser efetuadas operações de *hedge* para travar o custo financeiro das operações.

Em 31 de dezembro de 2010 e 2009, não havia nenhum *hedge* contratado para o risco da taxa de juros.

iv. Risco de Mercado - Análise de sensibilidade

A OGX e sua controlada elaboraram quatro cenários de sensibilidade com o objetivo de explicitar os possíveis impactos que flutuações na taxa de câmbio, curva de juros locais e curva de juros em dólar (principais fatores de risco) poderiam gerar nos seus fluxos de caixa e posição patrimonial. Os cenários definidos nesta análise foram:

- Cenário I (provável): foram consideradas as curvas e taxas de câmbio de 31 dezembro de 2010.
- Cenário II (apreciação da taxa de câmbio - R\$/US\$ - em 25%): considerando um choque negativo de 25% nas curvas de juros local (taxa pré) e em dólar (cupom cambial) a partir do valor contabilizado, impactando negativamente o valor justo das posições de derivativos da OGX.
- Cenário III (desvalorização da taxa de câmbio - R\$/US\$ - em 2

